feminino do extinto Instituto das Missões Coloniais, pelo preço da sua avaliação, na importância total de 931\$, os seguintes artigos que estavam sendo utilizados no mesmo internato: um tear, um fogão, uma banheira, uma mesa, seis camas, dezóito banquinhos de costura, um guarda-louça, uma mesa de jantar, uma máquina de costura, dois toucadores, seis travessas, sete cadeiras e um sofá.

Art. 2.º O conselho administrativo do extinto Instituto de Missões Coloniais, com autorização escrita do delegado especial do Ministro das Colónias, de que trata o artigo 6.º do decreto n.º 12:886, de 24 de Dezembro de 1926, é autorizado a regular e completar o pagamento, pelo preço do respectivo ajuste, dos serviços prestados no Instituto por António Dias Paiva, Bartolomeu Marcelino, Jaime Ventura Nogueira, João Alves e João Baptista até a referida data de 24 de Dezembro de 1926.

§ único. Para o efeito de que trata este artigo requisitará o aludido conselho administrativo da 9.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública os fundos de que carecer, devendo as requisições ser também visadas pelo delegado especial.

Art. 3.º Pela 9.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública será autorizado o pagamento no Banco de Portugal dos débitos do Instituto de Missões Coloniais aos seus fornecedores, devidamente verificados pelo respectivo conselho administrativo, mediante requisições processadas a favor dos interessados.

Art. 4.º Serão enviados à referida 9.ª Repartição da Contabilidade Pública, devidamente informados pelo conselho administrativo do extinto Instituto e pelo delegado especial, os processos respeitantes a quaisquer pretensões que envolvam abonos a pessoal ou outra qualquer despesa sobre que se ofereçam dúvidas, a fim de pela dita Repartição serem ulteriormente resolvidos, ficando desde já autorizados quaisquer pagamentos que, para esse efeito, devam porventura verificar-se.

Art. 5.º É fixado o prazo improrrogável de dez dias, contados do imediato ao da publicação do presente decreto, para a reclamação de quaisquer abonos ou créditos, por parte do pessoal que prestou serviço no extinto Instituto de Missões Coloniais ou dos seus fornecedores.

Art. 6.º Os registos biográficos e todos os mais documentos que digam respeito ao pessoal que prestou serviço no extinto Instituto de Missões Coloniais serão transferidos para os arquivos da Repartição do Pessoal Civil Colonial da Direcção Geral dos Serviços Centrais do Ministério das Colónias.

Art. 7.º O delegado especial do Ministro das Colónias de que trata o artigo 6.º do decreto n.º 12:886 e o conselho administrativo do extinto Instituto de Missões Coloniais são solidariamente responsáveis pelos actos em que, nos termos do presente decreto, conjuntamente intervierem.

Art. 8.º É dispensada a observância das disposições do n.º 6.º do artigo 25.º da lei de 9 de Setembro de 1908, quanto às despesas por este decreto autorizadas, as quais serão satisfeitas pelas disponibilidades de qualquer das verbas consignadas no orçamento do Ministério das Colónias, para o presente ano económico, a encargos com o Instituto de Missões Coloniais, conforme pela 9.ª Repartição da Contabilidade Pública se julgar mais conveniente.

Art. 9.º Este decreto entra imediatamente em vigor e revoga a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpriam e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da

República, em 31 de Maio de 1927.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Adriano da Costa Macedo—Manuel Rodrigues Júnior—João José Sinel de Cordes—Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa—Jaime Afreixo—António Maria de Bettencourt Rodrigues—Júlio César de Carvalho Teixeira—João Belo—José Alfredo Mendes de Magalhães—Felisberto Alves Pedrosa.*

MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

Direcção Geral do Ensino Superior

Decreto n.º 13:724

Apesar das dificuldades do Tesouro Público e da falta de continuidade governativa, que têm assinalado a vida portuguesa dos últimos anos, o regime republicano não tem descuidado as bibliotecas e os arquivos, sabendo que fomentar os seus progressos é proteger a cultura e a educação públicas. Criaram-se novas bibliotecas e novos arquivos; efectuaram-se encorporações de grande importância, pelo volume e pelo valor; e publicaram-se alguns diplomas de intenção inovadora, designadamente os decretos de 18 de Março de 1911, de 8 de Maio de 1918 e de 10 de Maio de 1919. O primeiro pretendeu, sob o influxo do espírito democrático que determinara a mudança de instituições, popularizar as bibliotecas; o segundo foi o início da discussão, em toda a sua urgente agudeza, do problema bibliotecário português, que prosseguiu em diplomas oficiais e publicações particulares; o terceiro quis confinar num especialismo restrito de catalogação o que é afinal um problema sem transcendência e de alcance muito mais genérico.

Um grande espírito de realidade domina os diplomas que o Governo hoje promulga. As bibliotecas e os arquivos não podem parasitar na vida do País, pejudando-se de empregados, envolvendo-se em riscos industriais; têm de se subordinar às dificuldades do Tesouro, aos seus recursos modestos, servindo com devoção o interesse nacional.

O conjunto de medidas, a seguir promulgadas, obedece a esse escopo. Reduz-se consideravelmente a despesa da Biblioteca Nacional, que financeiramente gozava duma situação privilegiada, sem o correspondente proveito do serviço e do pessoal de carreira, e transfere-se para outros estabelecimentos sempre sistematicamente esquecidos o seu excedente. Alargam-se as atribuições dos chefes e sua competência disciplinar; melhora-se a situação do pessoal, procura-se dignificá-lo e estimular a sua dedicação. A Inspeção é dotada duma rede de arquivos e delegados distritais, sem novos encargos para o Estado. Os serviços são simplificados e embaratecidos, de modo a apressar a actualização dos catálogos, a modernização das colecções, bem servindo as solicitações do público estudioso e leitor, que é o fim último de toda a organização bibliotecária e arquivística. Não se cria nenhum imposto novo, não se aumenta nenhum, antes se reduzem os do depósito obrigatório. Estabelece-se o princípio de que as administrações autónomas, dentro da sua liberdade e responsabilidade, devem diligenciar aliviar o Estado dos seus encargos. E, prevenindo a hipótese de que a execução dos presentes diplomas trouxesse, em contrário da previsão orçamental, algum aumento de despesa, o Ministro da Instrução Pública fica autorizado a reduzir vencimentos, gratificações e dotações até ao preciso para que tal agravamento se não dê.

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de

1926, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Bibliotecas Eruditas e Arquivos

I — Inspeção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos

Artigo 1.º É criado em cada sede de distrito do continente e ilhas adjacentes, com excepção de Lisboa e Coimbra, um arquivo distrital, de organização idêntica aos já criados em Braga, Évora, Leiria e Bragança, destinados a recolher, instalar, inventariar e facultar à consulta dos estudiosos os núcleos de documentos dispersos no distrito respectivo:

- a) Cartórios paroquiais;
- b) Cartórios notariais;
- c) Cartórios das sés, colegiadas e cabidos;
- d) Processos civis, crimes e orfanológicos findos;
- e) Papéis dos extintos mosteiros, existentes nas inspecções e repartições de finanças;
- f) Papéis das repartições extintas e serviços cessantes;
- g) Documentos das congregações religiosas extintas em 1911, ainda em poder das comissões locais de administração dos bens das igrejas;

h) Todos os outros documentos que, nos termos da lei geral do País, devam recolher aos arquivos do Estado.

§ 1.º As câmaras municipais, confrarias, misericórdias e hospitais poderão depositar, no todo ou em parte, os documentos dos seus cartórios nos arquivos distritais da sede do respectivo distrito.

§ 2.º O arquivo da Universidade de Coimbra desempenhará, além das funções que lhe competem por lei, a função de arquivo distrital.

Art. 2.º A não ser quando o Estado disponha de edificio próprio que destine para esse fim, a instalação dos arquivos distritais criados por este decreto far-se há em edificios ou dependências condignas cedidas ao Ministério da Instrução Pública pelas juntas gerais dos distritos ou pelas comissões executivas dos municípios locais, a cujo cargo ficarão a respectiva adaptação e as despesas a fazer com a aquisição do mobiliário e a acomodação das colecções encorporadas.

§ 1.º As juntas gerais ou, quando estas o não possam fazer, as comissões executivas dos municípios locais inscreverão no seu orçamento, de acôrdo com a Inspeção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos, uma verba anual destinada a despesas de material e expediente do arquivo distrital respectivo.

§ 2.º Conforme a importância de cada arquivo, a Inspeção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos, mediante proposta do seu delegado distrital, requisitará o pessoal indispensável ao respectivo serviço, que será recrutado de entre o pessoal adido dos quadros e serviços cessantes.

Art. 3.º A Inspeção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos proporá ao Governo a nomeação de um delegado distrital, na sede de cada distrito, com excepção do distrito de Lisboa.

§ 1.º Os delegados distritais dirigirão, com a superintendência da Inspeção, todo o serviço de encorporações e de instalação dos arquivos distritais, e poderão acumular as suas funções com as de arquivistas directores.

§ 2.º Para o exercício das funções de delegados distritais da Inspeção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos serão propostos os adidos dos vários quadros e serviços cessantes ou, na falta de adidos com competência especial, professores dos licenç locais.

§ 3.º Os delegados distritais nos distritos de Coimbra, Braga, Évora e Leiria serão, respectivamente, os directores dos arquivos da Universidade, o director da Biblioteca Pública de Braga, o director da Biblioteca Pública de Évora e o director da Biblioteca Erudita de Leiria.

Art. 4.º As despesas a fazer com a colheita e transporte de colecções e com o transporte e ajudas de custo do pessoal em serviço de encorporações serão feitas pela força das verbas de que a Inspeção dispuser para esse fim, mediante orçamentos de previsão anuais aprovados pelo Governo e de acôrdo com a tabela publicada no *Diário do Governo* n.º 132, 1.ª série, de 14 de Junho de 1924.

Art. 5.º O inspector das bibliotecas eruditas e arquivos visitará, com frequência, as bibliotecas e arquivos que lhe estejam affectos e comunicará ao Governo todos os factos dignos de menção, sem prejuizo dum circunstanciado relatório anual.

Art. 6.º As bibliotecas e os arquivos dependentes do Ministério da Instrução Pública têm por órgão de publicidade a revista trimestral *Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal*, cuja direcção cabe ao inspector das bibliotecas eruditas e arquivos.

Art. 7.º O secretariado da revista a que se refere o artigo precedente cabe alternadamente a um primeiro conservador da Biblioteca Nacional e do Arquivo Nacional, designado pelo respectivo director, para um período bienal.

Art. 8.º Os *Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal* serão impressos na Imprensa Nacional em números trimestrais de noventa e seis páginas e distribuídos gratuitamente por todas as bibliotecas e arquivos portugueses.

Art. 9.º A receita produzida pelos *Anais* será arrecadada pela Inspeção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos e aplicada às despesas de direcção da mesma, cabendo o saldo, quando o haja, à Fazenda Pública.

§ único. Compreende-se nas despesas de direcção uma gratificação ao secretário da revista, cujo montante será proposto pelo inspector das bibliotecas eruditas e arquivos à Direcção Geral de Ensino Superior.

Art. 10.º A biblioteca do extinto convento de Mafra passa a depender do Ministério da Instrução Pública, por intermédio da Direcção Geral do Ensino Superior.

§ único. O inspector das bibliotecas eruditas e arquivos proporá ao Governo as medidas legais e regulamentares necessárias para a conservação e abertura ao público da referida biblioteca do extinto convento de Mafra.

II — Biblioteca Nacional

Art. 11.º O quadro de pessoal da Biblioteca Nacional é composto por:

- a) *Pessoal superior*:
 - 1 director.
 - 1 secretário-tesoureiro.
 - 6 primeiros conservadores.
 - 6 segundos conservadores.
 - 6 terceiros conservadores.
 - 1 ajudante do tesoureiro.
 - 3 amanuenses.
- b) *Pessoal subalterno*:
 - 8 fiéis.
- c) *Pessoal menor*:
 - 2 porteiros.
 - 3 contínuos.

Art. 12.º O cargo de director será sempre provido num homem de letras, que tenha revelado competência em matérias de biblioteconomia e bibliografia, ou no primeiro conservador mais antigo.

Art. 13.º O director superintende em todos os serviços técnicos e administrativos da Biblioteca, assistido

pelo secretário, pelo conselho administrativo e pelo conselho de chefes de divisão.

Art. 14.º Nos seus impedimentos o director será substituído pelo primeiro conservador, chefe de divisão, mais antigo.

Art. 15.º O conselho administrativo é composto pelo director, pelo secretário-tesoureiro e por dois primeiros conservadores eleitos, no mês de Junho de cada ano, para o ano económico imediato.

Art. 16.º O conselho administrativo reúne trimestralmente para tomar conhecimento da receita e da despesa, e extraordinariamente sempre que o director o quiser ouvir para avaliação de espécies cuja aquisição tenha sido proposta ao mesmo director.

Art. 17.º O conselho de chefes de divisão é formado pelos primeiros conservadores, chefes de divisão, nos termos do artigo 43.º, e reúne todas as vezes que o director o convocar para o ouvir sobre assuntos que se prendam com a orientação geral dos serviços da Biblioteca.

Art. 18.º O director tem a seguinte competência disciplinar sobre todos os funcionários superiores, subalternos e menores :

A — *Louvores e recompensas :*

- a) Louvor em *Ordem de Serviço* ;
- b) Louvor no *Diário do Governo* ;
- c) Concessão de licença até quinze dias em cada ano ;
- d) Proposta duma gratificação extraordinária ;
- e) Proposta duma pensão para viagem de estudo ;
- f) Proposta de promoção por distinção ;
- g) Proposta para condecorações com algumas das Ordens destinadas a premiar serviços literários e científicos.

B — *Penalidades :*

- a) Transferência de divisão ;
- b) Repreensão em *Ordem de Serviço* ;
- c) Repreensão no *Diário do Governo* ;
- d) Suspensão de exercício e vencimento até quinze dias ;
- e) Proposta ao Governo para a transferência para outro serviço dependente do Ministério da Instrução ;
- f) Instaurar processo para a demissão por incompetência profissional ou moral.

Art. 19.º É extinto o lugar de chefe dos serviços administrativos e criado o de secretário-tesoureiro.

Art. 20.º O lugar de secretário-tesoureiro, criado pelo presente decreto com força de lei, será provido por meio de concurso de provas públicas, a que só serão admitidos indivíduos diplomados com curso superior.

Art. 21.º O concurso referido no artigo precedente constará de provas de biblioteconomia e arquivologia, consideradas também como provas de redacção portuguesa, de contabilidade e de provas escritas e orais, de carácter prático, das línguas francesa e inglesa.

§ 1.º O programa deste concurso será organizado pela Direcção Geral do Ensino Superior, mediante proposta do director, informada pelo inspector das bibliotecas eruditas e arquivos, e realizar-se há dentro do prazo de quarenta e cinco dias a contar da abertura da respectiva vaga. O seu júri será constituído do modo seguinte: director geral do ensino superior, presidente, inspector das bibliotecas eruditas e arquivos, directores da Biblioteca Nacional e Arquivo Nacional, um professor de contabilidade do Instituto Superior de Comércio e dois professores efectivos dos liceus de Lisboa, dos 2.º e 3.º grupos de disciplinas, designados pelo Governo. O júri apenas se pronunciará pela escolha do candidato que melhores provas prestar.

§ 2.º O serviço deste concurso será remunerado segundo a tabela de gratificações em vigor para os Exames de Estado dos candidatos ao magistério secundário e

por conta da verba orçamentada para esses mesmos exames.

Art. 22.º O funcionário que servia o extinto cargo de chefe dos serviços administrativos poderá, ao abrigo do disposto no decreto com força de lei n.º 12:831, de 17 de Dezembro de 1926, e mediante informação favorável do director e da comissão especial a que se refere o artigo 138.º, ser colocado no novo lugar de secretário, com todos os direitos e regalias correspondentes e sem dependência de concurso.

Art. 23.º Os lugares de primeiros conservadores são preenchidos pelos actuais primeiros bibliotecários; os de segundos conservadores pelos actuais segundos bibliotecários; os de terceiros conservadores pelos actuais sub-bibliotecários; o de ajudante de tesoureiro pelo amanuense actualmente encarregado da contabilidade.

Art. 24.º Aos actuais amanuenses, que tenham entrado no quadro por meio de concurso de provas públicas, é concedido o ingresso no quadro dos terceiros conservadores, mediante novo concurso de provas públicas de biblioteconomia e de língua francesa, segundo programa organizado pela Direcção Geral do Ensino Superior, sob proposta do director. O júri desse concurso será composto pelo director, por um primeiro conservador e um professor efectivo dos liceus, do 2.º grupo de disciplinas.

§ único. Este serviço será remunerado segundo a tabela de gratificações em vigor para os exames de ensino secundário e por conta da verba orçamentada para esses mesmos exames.

Art. 25.º O concurso a que se refere o artigo anterior realizar-se há dentro de noventa dias depois de publicado o presente decreto com força de lei.

Art. 26.º Aos terceiros conservadores providos do quadro dos amanuenses é concedido o direito de promoção, mediante concurso de provas públicas, segundo programa aprovado pelo Ministro da Instrução Pública, sob proposta do director, informada pelo inspector das bibliotecas eruditas e arquivos.

Art. 27.º É extinto o lugar de chefe do pessoal menor, passando o funcionário que o servia à situação de disponibilidade e em serviço onde o Governo lhe determinar.

Art. 28.º As funções de chefe do pessoal menor serão desempenhadas por um fiel, escolhido pelo director anualmente, ao fazer a colocação do pessoal da Biblioteca.

Art. 29.º O fiel escolhido para exercer as funções de chefe do pessoal menor receberá a gratificação mensal de 100\$.

Art. 30.º São da competência do fiel encarregado de chefiar o pessoal menor as seguintes sanções :

I

- a) Admoestação particular ;
- b) Transferência de serviço ;
- c) Transferência de serviço, com repreensão diante do pessoal da mesma categoria.

II

- a) Proposta de louvor ;
- b) Proposta de gratificação extraordinária por dedicação e bons serviços.

Art. 31.º Os lugares de fiéis, fixados pelo presente decreto com força de lei, são ocupados pelos actuais primeiros e segundos fiéis.

Art. 32.º Os lugares de continuos, criados pela presente lei, serão providos por pessoal adido dos quadros cessantes ou excedidos e destinam-se ao serviço da Direcção, da vigilância na sala geral de leitura e da policia interna do edificio.

Art. 33.º Aos adidos que, para preencher estas vagas,

tenham de se deslocar de fora da capital são concedidos transportes, por meio de guias de caminhos de ferro, e uma ajuda de custo, cuja importância será proposta pelo director à 10.ª Repartição de Contabilidade Pública.

Art. 34.º As colocações de adidos, a que se refere o artigo anterior, só se tornarão definitivas depois do proposta fundamentada do director e ao fim do período de experiência que êle tiver por conveniente.

Art. 35.º O segundo lugar de porteiro, criado pelo presente decreto com força de lei, será preenchido pelo actual ajudante de porteiro.

Art. 36.º Os porteiros habitarão em dependência do edificio da Biblioteca e torão direito a água e luz.

Art. 37.º Todos os lugares de entrada nos quadros superiores da Biblioteca Nacional serão providos, quando não lhes seja applicável a doutrina do decreto com força de lei n.º 12:831, de 17 de Dezembro de 1926, em indivíduos diplomados com o curso superior de bibliotecário-arquivista, sem dependência de concurso. Quando os não haja, abrir-se há concurso de provas públicas, a que só serão admitidos indivíduos diplomados com curso superior.

§ único. Os indivíduos diplomados com algum curso superior e com as cadeiras especiais de biblioteconomia, arquivologia, paleografia, diplomática e esfragística, iconografia, numismática e cartografia antiga da Faculdade de Letras ficam nas mesmas condições dos individuos com o curso superior de bibliotecário-arquivista, emquanto não houver número suficiente de diplomados com êsse curso.

Art. 38.º Os lugares de entrada no quadro dos fiéis, quando lhes não seja applicável a doutrina do decreto com força de lei n.º 12:381, de 17 de Dezembro de 1926, são sempre providos por meio de concurso de provas públicas, segundo programa organizado pela Direcção Geral do Ensino Superior, sob proposta do director, informada pelo inspector das bibliotecas eruditas e arquivos.

§ único. O júri dêste concurso será constituído por um primeiro conservador, como presidente, e dois segundos conservadores designados pelo director.

Art. 39.º O serviço dos concursos a que se refere o artigo precedente será remunerado segundo a tabela das gratificações de exames de ensino secundário e pela verba orçamentada para êsses mesmos exames.

Art. 40.º É extinto o quadro de serventes efectivos, mas os três funcionários restantes dêsse quadro ficam em serviço na Biblioteca Nacional, inamovíveis a não ser por motivo disciplinar ou a requerimento seu, beneficiando de todas as regalias e direitos estabelecidos pelo presente decreto com força de lei para os empregados do quadro.

Art. 41.º Além dêste pessoal e do referido nos artigos 1.º e 2.º do decreto n.º 13:240, de 4 de Março de 1927, poderá o director assalariar os serventes indispensáveis à limpeza, quando não haja pessoal adido dessa categoria e até ao número de dezasseis.

Art. 42.º Para se ser admitido como servente assalariado da Biblioteca Nacional é necessário produzir toda a documentação abonatória do comportamento moral e civil, saber ler e escrever correntemente e prestar uma caução de 1.000\$.

§ único. Excepcionalmente poderá o director dispensar a caução prescrita no artigo precedente quando os candidatos já tenham prestado bom serviço na Biblioteca.

Art. 43.º As várias secções da Biblioteca Nacional grupar-se hão em seis divisões, sob a chefia de um primeiro conservador, com seu pessoal privativo, superior, subalterno e menor, distribuído em Dezembro de cada ano para o immediato. Estas divisões são as seguintes:

1.ª Bibliografia, História e Geografia, e Belas Artes;
2.ª Literatura, Revistas e Jornais scientificos e literários, Livraria de Fialho de Almeida e Livraria do Varatojo;

3.ª Poligrafia, Religiões e Bíblias, Livros de côro e Ciências e Artes;

4.ª Ciências civis e Duplicados e truncados;

5.ª Reservados e Manuscritos, Bodoniana, Camoniana, Códices alcobacenses, Elzeviriana, Iluminados, Orientália, Pombalina e Gabinete de Fotografia;

6.ª Secção Ultramarina, Cartografia e Numismática.

Art. 44.º É extinta a secção das *Continuações Gerais*, devendo o seu conteúdo ser distribuído pelas diferentes secções.

Art. 45.º A arrumação das espécies providas das *Continuações Gerais* e das novamente entradas na Biblioteca Nacional faz-se mediante classificação, segundo o desdobramento das rubricas titulares das várias secções, compreendido nas *Normas* que fazem parte integrante do presente decreto com força de lei e vão assinadas pelo Ministro da Instrução Pública.

Art. 46.º Todos os serviços de catalogação da Biblioteca Nacional serão subordinados às *Normas para o serviço de catalogação*, a que se refere o artigo precedente.

Art. 47.º O director destinará os amanuenses aos serviços de secretaria e fará rotação entre todos os funcionários dessa categoria de modo a assegurar-lhes preparação igual para todos os serviços administrativos.

Art. 48.º O serviço de leitura pública na sala geral é presidido por um primeiro ou segundo conservador assistido de dois fiéis, um porteiro, um contínuo e dois serventes. A presidência diurna é feita por escala e dura duas horas; a nocturna é feita igualmente por escala, dura três horas e é paga com a gratificação de 25\$, livres de descontos.

§ único. Na leitura nocturna haverá, além dos dois fiéis da sala geral e da dos catálogos, outros dois nas secções para busca dos livros.

Art. 49.º Além da manutenção da disciplina e da orientação dos leitores que se lhe dirijam, o presidente da sala geral da leitura pública terá a seu cargo a consulta e guarda do catálogo ideográfico.

Art. 50.º O pessoal subalterno e menor do serviço de leitura é fixo durante um ano e é escalado por duas horas para o período diurno e por três para o serviço nocturno. As gratificações correspondentes ao pessoal subalterno e menor pelo serviço nocturno são as seguintes:

Fiéis	16\$
Porteiro	16\$
Contínuo	14\$
Serventes	11\$

Estas gratificações são livres de descontos.

§ único. O serviço de leitura nocturna é interrompido nos meses de Agosto e Setembro.

Art. 51.º Junto da Direcção funcionará uma secção de pessoal disponível para serviços extraordinários, a qual ficará adstrito, quando o haja, o pessoal contratado, nacional ou estrangeiro, nos termos dos artigos 1.º e 2.º do decreto com força de lei n.º 13:240, de 4 de Março de 1927.

Art. 52.º O director da Biblioteca Nacional é também conservador do Registo da Propriedade Literária, cuja repartição funciona no edificio da Biblioteca.

Art. 53.º O director poderá propor para seu ajudante na Conservatória um segundo ou terceiro conservador.

Art. 54.º A Conservatória do Registo da Propriedade Literária funciona de acôrdo com o regulamento aprovado pelo decreto n.º 4:114, de 17 de Abril de 1918, e com o Estatuto da Propriedade Literária, Scientifica e Artística, aprovado pelo decreto com força de lei n.º 13:725 desta data.

§ 1.º O Ministro da Instrução Pública poderá, quando as necessidades do serviço o justificarem, criar o cargo

de conservador da propriedade intelectual, dependente da direcção da Biblioteca Nacional e provido em individuo formado em direito.

§ 2.º Os impostos e emolumentos dos serviços da Propriedade Literária, Scientífica e Artística serão fixados em tabela oportunamente publicada pelo Ministro da Instrução Pública.

Art. 55.º É constituída uma Comissão Permanente de Propriedade Literária, Scientífica e Artística, constituída pelo director, como presidente, por um homem de letras, um escultor, um architecto, um músico, um naturalista de reconhecido mérito e um juriconsulto especializado. Esta comissão consultará sobre todas as questões de ordem litigiosa que se levantarem nos serviços da Conservatória.

Art. 56.º O registo estatístico obrigatório das edições passa a constituir encargo exclusivo dos editores e é feito na secretaria em presença dum exemplar da obra publicada, sempre a favor do editor declarado na capa. É obrigatória a declaração da tiragem e o pagamento dum imposto na importância de três vezes o preço de capa de cada exemplar, na tiragem de papel comum.

§ único. Quando da mesma obra haja tiragens diferentes em papéis de vária qualidade, o depósito legal far-se há com um exemplar de papel da qualidade superior.

Art. 57.º O imposto do depósito legal ou obrigatório é pago na tesouraria da Biblioteca e arrecadado por esta, com applicação na compra de livros estrangeiros.

Art. 58.º No orçamento da Biblioteca será descrita essa receita, prevista pela média dos rendimentos dos três últimos anos.

Art. 59.º Se a obra que se apresenta ao registo editorial não se destinar ao mercado, será o *quantum* do imposto fixado pelo director.

Art. 60.º A fiscalização do depósito obrigatório faz-se por meio de declarações trimestrais das tipografias e pela directa vigilância dos fiéis da Biblioteca.

Art. 61.º O editor que expuser à venda qualquer obra não registada nos termos deste decreto incorre numa multa igual ao décuplo do preço de capa de cada exemplar, aumentado de 20 por cento para o fiel que houver participado a falta.

§ único. A organização do processo por infracção do disposto no artigo 61.º cabe aos tribunais de transgressões de Lisboa e Porto, quando diga respeito a editores estabelecidos nestas cidades, e aos juizes das execuções fiscaes, quando diga respeito a editores estabelecidos noutras comarcas.

Art. 62.º As autoridades administrativas auxiliarão a secretaria da Biblioteca na organização e actualização do cadastro de tipografias de Portugal e colónias.

Art. 63.º A verba a que se refere a lei n.º 995, publicada no *Diário do Governo* n.º 5, 1.ª série, de 26 de Junho de 1920, e respectiva melhoria, será applicada ao pagamento dos encargos do presente diploma.

Art. 64.º A dotação annual da Biblioteca Nacional para compra e encadernação de livros, expediente, serviços do depósito obrigatório e trocas internacionais e pessoal assalariado será a da tabela II anexa a este decreto.

Art. 65.º É concedido à Biblioteca Nacional direito de opção em todos os leilões de livros, manuscritos históricos, literários e scientificos, correspondência autógrafa, estampas, moedas, medalhas e cartas geográficas.

§ único. As espécies arrematadas pela Biblioteca Nacional ficam isentas do imposto a que se refere o n.º 2.º da tabela anexa à lei n.º 995.

Art. 66.º O produto da venda das publicações da Biblioteca Nacional e de obras ali existentes em *stock*, bem como dos exemplares em excesso do seu fundo, constitui receita privativa da Biblioteca, applicada a serviços técnicos, nunca a pagamento de pessoal, e será

descrita no orçamento pela média dos últimos três anos.

Art. 67.º O saldo, se o houver, da liquidação das oficinas gráficas, determinada pelo decreto com força de lei n.º 13:240, de 4 do Março de 1927, reverterá a favor da Biblioteca Nacional e terá applicação análoga à das outras receitas.

Art. 68.º Igualmente constitui receita privativa da Biblioteca o rendimento do gabinete de fotografia.

Art. 69.º Todas as vezes que houver serviço no gabinete de fotografia, o director requisitará um operador à Secção Fotográfica do Exército. A importância desses trabalhos será fixada pelo director da Secção Fotográfica do Exército.

Art. 70.º É extinto o serviço de empréstimos da Biblioteca Nacional, em todas as suas secções.

Art. 71.º É conferido à Biblioteca Nacional o direito de fazer imprimir na Imprensa Nacional, sem encargos para o seu orçamento privativo, os seus catálogos por verbetes, os seus catálogos fasciculares, instruções sobre catalogação, regulamentos técnicos e quaisquer publicações bibliográficas referentes aos seus serviços técnicos.

III — Arquivo Nacional

Art. 72.º O quadro do Arquivo Nacional da Torre do Tombo compõe-se dos seguintes empregados:

Pessoal superior:

- 1 director.
- 5 primeiros conservadores.
- 4 segundos conservadores.
- 4 terceiros conservadores.

Pessoal subalterno:

- 3 fiéis.

Pessoal menor:

- 1 porteiro.
- 1 contínuo.

§ único. Será suprimido um lugar de primeiro conservador na primeira vaga occorrente.

Art. 73.º Além do pessoal fixado neste quadro, poderá o director assalariar serviços para limpeza, observando o disposto para análogo pessoal da Biblioteca Nacional no artigo 42.º do presente decreto, até ao número de três.

Art. 74.º A receita do registo dos diplomas de condecorações é cobrada pela secretaria do Arquivo e constitui receita privativa do mesmo, com applicação em serviços de ordem técnica, nunca a pagamento de pessoal. Esta receita será descrita no orçamento do Arquivo, calculada pela média do rendimento dos últimos três anos.

Art. 75.º É extinto o Arquivo das Congregações, ficando encarregada de dar destino ao seu conteúdo uma comissão composta do inspector das bibliotecas eruditas e arquivos e dos directores da Biblioteca Nacional e do Arquivo Nacional. O seu edificio será entregue ao Arquivo Nacional para nele serem instalados os arquivos anexos dos registos paroquiais e dos feitos findos.

Art. 76.º A dotação annual do Arquivo Nacional é a que consta da tabela II anexa ao presente decreto.

Art. 77.º O director do Arquivo Nacional proporá, dentro de trinta dias, ao Governo um regulamento que aproxime quanto possível a organização e a disciplina do Arquivo das normas adoptadas no presente decreto a respeito da Biblioteca Nacional.

Art. 78.º É conferido ao Arquivo Nacional o direito de fazer imprimir na Imprensa Nacional, sem encargos para o seu orçamento privativo, os seus inventários, catálogos, regulamentos e outras publicações de serviço.

Art. 79.º Todos os serviços de catalogação do Arquivo Nacional serão subordinados às *Normas para o serviço de catalogação—II—Manuscritos*, que fazem parte integrante do presente decreto com força de lei e vão assinadas pelo Ministro da Instrução Pública.

IV — Outras bibliotecas eruditas e arquivos

Art. 80.º O quadro do pessoal da Biblioteca da Ajuda constará dos seguintes funcionários:

- 1 director, com categoria de primeiro conservador.
- 1 segundo conservador.
- 1 amanuense.
- 1 contínuo.

Art. 81.º Ao actual contínuo da Biblioteca da Ajuda é concedido, em reconhecimento de seus trabalhos de investigação, o direito de promoção a amanuense na primeira vaga que ocorrer nos quadros das bibliotecas eruditas e arquivos depois da publicação do presente decreto com força de lei.

Art. 82.º A dotação anual da Biblioteca da Ajuda é a que consta da tabela II anexa ao presente decreto.

Art. 83.º A Biblioteca Pública e o anexo Arquivo Distrital de Braga passam, como organismos do Estado, a ficar a cargo do Tesouro Público, continuando entretanto a despesa resultante desta disposição a ser paga pela Junta Geral do distrito de Braga, acrescida da parte que lhe competir nos encargos provenientes da execução do presente decreto.

§ 1.º O pagamento dos encargos a que se refere a segunda parte deste artigo será feito pela Junta Geral em duas prestações: a primeira em Fevereiro e a segunda em Agosto.

§ 2.º O Estado continua a concorrer para a Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga com as verbas constantes da tabela II anexa ao presente decreto.

Art. 84.º O quadro da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga constará dos seguintes funcionários:

- 1 director, com categoria de primeiro conservador.
- 2 segundos conservadores.
- 1 amanuense.
- 1 fiel.
- 1 porteiro.

Art. 85.º Aos funcionários da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga é mantida a prerrogativa consignada no artigo 4.º do decreto-lei n.º 5:787-T T T, de 10 de Maio de 1919, ficando assim com direito à aposentação correspondente ao número de anos que se contarem desde a data das respectivas nomeações, desde que seja compensada a Caixa de Aposentações com a importância das cotas que deveriam ter pago.

§ único. A importância das cotas em dívida será paga pela Junta Geral do distrito de Braga, como exoneração do encargo actual, e incidirá sobre os vencimentos que os funcionários hajam percebido segundo sua situação e categoria, acrescida do juro de mora à taxa de 6 por cento.

Art. 86.º A verba que a Câmara Municipal de Braga actualmente despende com a Biblioteca Pública, nos termos do artigo 5.º do citado decreto n.º 5:787-T T T, será multiplicada pelo coeficiente 5.

Art. 87.º É criada na Biblioteca Pública de Braga uma cadeira de paleografia, diplomática e esfragística, equiparada para todos os efeitos à professada no curso superior de bibliotecário-arquivista, com a duração de um ano e três aulas semanais. A regência desta cadeira será confiada ao director da Biblioteca Pública de Braga ou a funcionário superior do mesmo estabelecimento que tenha especial competência na matéria. Para o seu funcionamento é indispensável a matrícula e frequência regular de três alunos.

Art. 88.º A regência da cadeira de paleografia, diplomática e esfragística da Biblioteca Pública de Braga

far-se há de harmonia com os programas das cadeiras similares da Faculdade de Letras de Lisboa.

Art. 89.º O funcionário encarregado dessa regência perceberá a gratificação de 200\$, durante os dez meses lectivos.

Art. 90.º Os exames da cadeira de paleografia, diplomática e esfragística da Biblioteca Pública de Braga são feitos perante um júri composto por um professor de paleografia do curso superior de bibliotecário-arquivista, que servirá de presidente, pelo professor titular da Biblioteca de Braga e por um dos conservadores da mesma Biblioteca.

Art. 91.º Ao presidente do júri a que se refere o artigo precedente que tenha de se deslocar será concedido transporte de caminhos de ferro, a ajuda de custo fixada pela tabela publicada no *Diário do Governo* n.º 132, 1.ª série, de 14 de Junho de 1924, e a gratificação estabelecida pelo estatuto universitário para os Exames de Estado.

Art. 92.º Em tudo mais, matrículas, gratificação dos alunos, provas de exame, seguir-se hão as disposições do regulamento do curso superior de bibliotecário-arquivista.

Art. 93.º É concedida à Biblioteca Pública de Braga a verba extraordinária de 12.000\$, paga por uma só vez, e destinada a reparações de mobiliário e melhoramentos nas suas oficinas de tipografia e encadernação.

Art. 94.º O quadro da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora constará dos seguintes funcionários:

- 1 director.
- 1 segundo conservador.
- 2 amanuenses.
- 1 contínuo.
- 1 porteiro.

§ 1.º O director e o segundo conservador da Biblioteca Pública de Évora serão professores do liceu, sendo-lhes abonada a gratificação de 400\$ e 300\$, respectivamente, com as melhorias correspondentes.

§ 2.º O restante pessoal é equiparado para efeito de vencimentos ao de igual denominação da Biblioteca Nacional.

Art. 95.º Os directores das Bibliotecas Públicas de Braga e Évora poderão assalariar o pessoal necessario ao serviço de limpeza até o número de três serventes de ambos os sexos para cada estabelecimento.

Art. 96.º A dotação anual da Biblioteca Pública de Évora para compra e encadernação de livros, expediente e pequenas reparações no mobiliário e no edificio é a constante da tabela II anexa ao presente decreto.

Art. 97.º É concedida à Biblioteca Pública de Évora a verba extraordinária, paga por uma só vez, de 10.000\$ para reparação do seu mobiliário.

Art. 98.º É concedida autonomia administrativa à Biblioteca Pública de Évora, exercida por um conselho administrativo composto do director, do conservador, e um dos amanuenses em rotação.

Art. 99.º É aplicável à administração da Biblioteca Pública de Évora o disposto nas leis e regulamentos das administrações autónomas dos liceus.

Disposições gerais

Art. 100.º O inspector das bibliotecas eruditas e arquivos, o director da Biblioteca Nacional e o director do Arquivo Nacional têm categoria de professores catedráticos das Universidades, sendo-lhes aplicada a doutrina do artigo 54.º e seus parágrafos do decreto com força de lei n.º 12:426, de 14 de Outubro de 1926.

§ único. Ao actual director da Biblioteca Nacional continua a ser abonado só o vencimento fixado no orçamento do Ministério da Instrução Pública para o exercício de 1926-1927, pelo assim haver expressamente desejado.

Art. 101.º É vedado ao inspector das bibliotecas eruditas e arquivos, ao director da Biblioteca Nacional e ao director do Arquivo Nacional o exercício doutra direcção pública.

§ único. Exceptuam-se do disposto neste artigo as situações criadas anteriormente à publicação do presente decreto com força de lei.

Art. 102.º O inspector das bibliotecas eruditas e arquivos nos seus impedimentos será substituído, alternadamente, pelo director da Biblioteca Nacional e pelo director do Arquivo Nacional, a começar pelo mais antigo.

Art. 103.º Todas as vagas que ocorrerem nos quadros das bibliotecas e dos arquivos dependentes do Ministério da Instrução Pública serão providas, dentro de cada um dos três quadros, superior, subalterno e menor, por meio de promoção do funcionário mais antigo da categoria imediatamente inferior que apresente boas informações do respectivo chefe quanto à competência, à disciplina, à assiduidade e à pontualidade.

§ único. Excepcionalmente poderão os directores das bibliotecas eruditas e arquivos propor ao Govêrno a promoção por distinção à categoria imediata dum funcionário que haja prestado relevantes serviços ao estabelecimento a que pertence.

Art. 104.º Quando, por falta das informações a que se refere o artigo precedente, um funcionário não puder ser proposto para a promoção, recairá o direito no funcionário da mesma categoria, de mais próxima antiguidade, que possua as aludidas informações.

Art. 105.º O aumento de vencimento por motivo de diuturnidade de bom serviço, concedido aos funcionários das bibliotecas eruditas e arquivos pelo decreto com força de lei n.º 4:312, de 8 de Maio de 1918, e em harmonia com o artigo 61.º do decreto com força de lei de Dezembro de 1863 e o artigo 32.º do decreto de 29 de Dezembro de 1887, passa a ser calculado sobre a totalidade ilíquida dos vencimentos e melhorias, ao fim de períodos de 5, 10, 15 e 20 anos e na proporção, respectivamente, de 5 por cento, 5 por cento, 10 por cento e 10 por cento.

§ 1.º Aos actuais funcionários das bibliotecas eruditas e arquivos é contado, para efeitos de aumento de vencimento por diuturnidade de serviço, o tempo de serviço prestado anteriormente em qualquer outro organismo oficial.

§ 2.º A excepção consignada no § 1.º do artigo 9.º do decreto n.º 1 de 17 de Julho de 1886 é extensiva aos funcionários das bibliotecas e arquivos com direito às diuturnidades de serviço.

Art. 106.º É o Ministro da Instrução Pública autorizado a reduzir a dotação da Biblioteca Nacional e do Arquivo Nacional na proporção do crescimento das suas receitas, sempre que tal redução se possa fazer sem prejuizo da normalidade e progresso dos serviços dos mesmos estabelecimentos.

Art. 107.º É concedido às bibliotecas eruditas e arquivos dependentes do Ministério da Instrução Pública o direito de elegerem um delegado ao Conselho Superior de Instrução Pública. Esse delegado deverá ser um director ou um primeiro conservador.

§ único. A Direcção Geral do Ensino Superior publicará as instruções necessárias para a eleição do delegado das bibliotecas e arquivos ao Conselho Superior de Instrução Pública.

Art. 108.º O curso superior de bibliotecário-arquivista é professado na Faculdade de Letras de Lisboa e compõe-se de cadeiras gerais do quadro da mesma Faculdade e cadeiras especiais regidas por conservadores da Biblioteca Nacional e do Arquivo Nacional, propostos pelos respectivos directores ao director da Faculdade de Letras.

Art. 109.º Os conservadores da Biblioteca Nacional e

do Arquivo Nacional encarregados da regência das cadeiras especiais do curso superior de bibliotecário-arquivista têm categoria de assistentes das Faculdades de Letras e recebem o vencimento de 400\$ mensais, livres de descontos e pagos pela verba de pessoal da Faculdade de Letras de Lisboa.

Art. 110.º O abono dos vencimentos a que se refere o artigo precedente só é feito enquanto durar a regência efectiva das cadeiras.

Art. 111.º O curso superior de bibliotecário-arquivista dura três anos e compõe-se das cadeiras seguintes:

1.º ano:

Filologia portuguesa (1.ª parte).
Literatura portuguesa (1.ª parte).
História de Portugal (1.ª parte).
Língua e literatura latina (1.ª parte).
Francês prático.
Bibliologia (curso semestral).
Paleografia (1.ª parte).

2.º ano:

Filologia portuguesa (2.ª parte).
Literatura portuguesa (2.ª parte).
História de Portugal (2.ª parte).
Língua e literatura latina (2.ª parte).
Grego elementar.
Inglês prático.
Paleografia (2.ª parte).
Diplomática e esfragística.
Numismática geral e medalhística (curso semestral).
Biblioteconomia (curso semestral).

3.º ano:

Língua e literatura latina (3.ª parte).
Filosofia: noções gerais de história da filosofia e das ciências e suas classificações lógicas (curso semestral).
Inglês prático.
Arquivologia (curso semestral).
Cartografia antiga.
Iconografia (curso semestral).
Numismática portuguesa.

Art. 112.º As cadeiras especiais de bibliologia, paleografia, 2.ª parte, numismática geral e medalhística, cartografia antiga, iconografia, biblioteconomia, numismática portuguesa e cartografia antiga são professadas por conservadores da Biblioteca Nacional; as cadeiras especiais de paleografia, 1.ª parte, diplomática e esfragística e arquivologia são professadas por conservadores do Arquivo Nacional.

§ único. A regência das aulas das cadeiras a que se refere o artigo antecedente far-se há sempre fora das horas regulamentares dos serviços privativos dos conservadores incumbidos delas.

Art. 113.º Os programas das cadeiras especiais do curso superior de bibliotecário-arquivista são os que fazem parte do presente decreto com força de lei e vão assinados pelo Ministro da Instrução Pública.

Art. 114.º O director da Faculdade de Letras de Lisboa, ouvidos os directores da Biblioteca Nacional e do Arquivo Nacional, promoverá a revisão dos programas das cadeiras especiais do curso superior de bibliotecário-arquivista de cinco em cinco anos.

Art. 115.º Os professores das cadeiras especiais do curso superior de bibliotecário-arquivista, propostos ao director da Faculdade de Letras de Lisboa pelos directores da Biblioteca Nacional e do Arquivo Nacional, só se consideram definitivos ao fim do quinquênio de experiência a que se refere o artigo 121.º e depois da redacção dum compêndio das suas respectivas cadeiras, que será editado por conta do Estado.

Art. 116.º Os indivíduos diplomados com o curso superior de bibliotecário-arquivista têm sempre a preferência para o provimento dos lugares de bibliotecários e arquivistas dos vários Ministérios e serviços deles dependentes.

Art. 117.º É concedido ao funcionário que durante dez anos exerceu gratuitamente o cargo de director da Biblioteca de Mafra o direito de ingresso no quadro das bibliotecas eruditas e arquivos, sem dependência de concurso ou de curso especial.

Art. 118.º O director da Faculdade de Letras de Lisboa proporcionará aos alunos do último ano do curso superior de bibliotecário-arquivista os meios necessários para que elles possam visitar as mais importantes bibliotecas, arquivos e museus de Portugal. A entrega do diploma final fica dependente da apresentação de um relatório dessa visita de estudo, donde conste uma informação segura das riquezas das bibliotecas, arquivos e museus portugueses e do estado da sua conservação e catalogação.

Art. 119.º Os directores da Biblioteca Nacional e do Arquivo Nacional promoverão conferências científicas e literárias para ampliação dos estudos dos alunos do curso superior de bibliotecário-arquivista.

Art. 120.º A regulamentação deste curso cabe ao director da Faculdade de Letras de Lisboa.

Art. 121.º O director da Faculdade de Letras de Lisboa fica autorizado a encerrar o curso superior de bibliotecário-arquivista quando a sua matrícula não haja corrido uma média de três alunos durante os cinco anos immediatos à publicação do presente decreto com força de lei.

Art. 122.º Sendo encerrado o curso superior de bibliotecário-arquivista, o recrutamento do pessoal superior das bibliotecas e arquivos far-se há por meio de concurso de provas públicas, a que só serão admitidos indivíduos diplomados com um curso superior, e segundo programma organizado pela Direcção Geral do Ensino Superior, ouvidos o inspector das bibliotecas eruditas e arquivos e os directores da Biblioteca Nacional e do Arquivo Nacional.

Art. 123.º Os vencimentos dos funcionários das bibliotecas e arquivos dependentes do Ministério da Instrução Pública são os constantes da tabela anexa, que faz parte integrante do presente decreto.

Art. 124.º As gratificações estabelecidas pelo presente decreto com força de lei não é aplicado o disposto no artigo 26.º e seus parágrafos da lei n.º 1:452, de 20 de Julho de 1923, e o Ministro da Instrução Pública fica autorizado a modificá-las, de harmonia com as conveniências do Tesouro e as oscillações cambiais, por simples disposição regulamentar.

Art. 125.º São extintos os quadros de serventes efectivos do Arquivo Nacional, da Biblioteca da Ajuda, da Biblioteca Pública de Braga, da Biblioteca Pública de Évora e todos os demais serviços congêneres dependentes do Ministério da Instrução Pública, por intermédio da Direcção Geral do Ensino Superior, mas os actuais funcionários desses quadros continuam em serviço nos mesmos estabelecimentos, inamovíveis, a não ser por motivo disciplinar ou a requerimento seu, beneficiando de todas as regalias e direitos estabelecidos pelo presente decreto com força de lei para os empregados do quadro.

Art. 126.º A cobrança de emolumentos de certidões e cópias nas bibliotecas eruditas e arquivos far-se há segundo a tabela seguinte:

a) *Certidões de propriedade literária:*

Certidão até três laudas de vinte e cinco linhas, com trinta e cinco letras (à excepção da última)	7550
Cada lauda a mais	2500

Busca até três livros	5500
Busca em cada livro a mais	2500

b) *Certidões de impressos:*

As três primeiras laudas de vinte e cinco linhas, com trinta e cinco letras (à excepção da última)	7500
Cada lauda a mais	1580
Em idioma estrangeiro, cada lauda a mais	5500

c) *Certidões de manuscritos:*

Se o documento fôr anterior a 1640—por lauda de vinte e cinco linhas, com trinta e cinco letras	3560
Se o documento fôr de difficil leitura—por lauda de vinte e cinco linhas, com trinta e cinco letras	4500
Se o documento fôr posterior a 1640—por lauda de vinte e cinco linhas, com trinta e cinco letras	2500
Assinatura do director	8500
Rubricas	1500
Busca até três livros	6500

d) *Cópias:*

Se o documento fôr anterior a 1640—cada lauda de vinte e cinco linhas, com trinta e cinco letras	2550
Se o documento fôr de leitura paleográfica—cada lauda de vinte e cinco linhas, com trinta e cinco letras	3550
Se o documento fôr de leitura corrente—cada lauda de vinte e cinco linhas, com trinta e cinco letras	1550
De impressos, cada lauda de vinte e cinco linhas, com trinta e cinco letras	1550
Em idiomas estrangeiros, cada lauda de vinte e cinco linhas, com trinta e cinco letras	3500

e) *Registo de diplomas:*

De cada um	5500
----------------------	------

Art. 127.º Bialmente, no mês de Maio e durante três dias, realizar-se há uma conferência inter-bibliotecária e arquivística, com o fim de discutir questões de ordem técnica, divulgar os trabalhos effectuados, estabelecer a possível uniformidade de métodos e promover convívio com os investigadores.

§ único. Excepcionalmente, a primeira conferência realizar-se há em Outubro de 1927.

Art. 128.º As conferências inter-bibliotecárias e arquivísticas reunir-se hão successivamente em Lisboa, Pôrto, Coimbra, Braga e Évora, com a composição seguinte: director geral do ensino superior, inspector das bibliotecas eruditas e arquivos, directores da Biblioteca Nacional, do Arquivo Nacional, da Biblioteca da Ajuda, da Biblioteca Popular de Lisboa, da Biblioteca Pública de Évora e da Biblioteca Pública de Braga, da Biblioteca da Escola Militar, da Biblioteca do Estado Maior do Exército e da Biblioteca de Marinha, três chefes de divisão da Biblioteca Nacional e dois primeiros conservadores do Arquivo Nacional, sorteados.

Art. 129.º Aos membros das conferências inter-bibliotecárias e arquivísticas que tenham de se deslocar da sede dos seus serviços é concedido o transporte de caminho de ferro, por meio de requisições, e a ajuda de custo estabelecida pela tabela publicada no *Diário do Governo* n.º 132, 1.ª série, de 14 de Junho de 1924.

Art. 130.º Os trabalhos das conferências inter-bibliotecárias e arquivísticas serão regulados por programma previamente fixado por uma comissão composta do inspector das bibliotecas eruditas e arquivos, do director da Biblioteca Nacional e do Arquivo Nacional, ouvidas as propostas dos directores das Bibliotecas da Ajuda, de Évora e Braga, e as actas e communicações serão publicadas nos *Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal*.

Art. 131.º De dois em dois anos serão concedidas três pensões para viagem de estudo aos países de mais adiantada organização bibliotecária a funcionários superiores dos quadros das bibliotecas eruditas e arquivos, mediante concurso regulado pela Direcção Geral do Ensino Superior.

Art. 132.º As pensões a que se refere o artigo anterior são de 6.000\$ e obrigam à apresentação, no prazo de trinta dias depois do regresso, de um relatório circunstanciado, que será publicado nos *Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal*.

Art. 133.º Aos professores de ensino superior e secundário e aos investigadores científicos é permitida a assistência e a colaboração nas conferências inter-bibliotecárias e arquivísticas, mas sem qualquer encargo para o Estado.

Art. 134.º Os directores das bibliotecas eruditas e arquivos podem abonar mensalmente duas faltas completas aos funcionários do quadro e conceder licença até cinco dias por ano, mediante requerimento. Todas as faltas além deste número serão descontadas, em trigésimos do sexto do vencimento, quando dadas por motivo de doença, devidamente comprovada, e em trigésimos da totalidade dos vencimentos, quando não justificadas. Em todos os outros casos se applicará a legislação geral e a especial sobre o professorado.

Art. 135.º Ficam em vigor, nas diferentes bibliotecas eruditas e arquivos, as disposições deste decreto que se referem à Biblioteca Nacional, na parte que lhes for applicável.

Art. 136.º O presente decreto com força de lei entra em vigor no dia 1 de Julho de 1927.

Art. 137.º É o Ministro da Instrução Pública autorizado a reduzir vencimentos, gratificações e dotações se, em contrário da previsão orçamental, da execução dos presentes decretos com força de lei sobre bibliotecas eruditas e arquivos, bibliotecas populares e móveis, serviços de propriedade literária e curso superior de bibliotecário-arquivista resultar agravamento da despesa total consignada no Orçamento Geral do Estado para o exercício de 1926-1927 às bibliotecas e arquivos dependentes do Ministério da Instrução Pública e ao curso superior de bibliotecário-arquivista.

§ único. A redução a que se refere o artigo precedente será feita de acordo com os chefes dos estabelecimentos a que diga respeito tal redução.

Art. 138.º Aos funcionários da secretaria da Inspeção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos é applicado o disposto no artigo 109.º e seu parágrafo do presente decreto com força de lei.

Art. 139.º A colocação do pessoal nos quadros das bibliotecas eruditas e arquivos, fixados pelo presente decreto com força de lei, fica dependente da informação favorável sobre a qualidade dos seus serviços, de uma comissão especial, presidida pelo director geral do ensino superior, expressamente nomeada pelo Ministro da Instrução Pública.

Art. 140.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nelle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Paços do Governo da República, em 27 de Maio de 1927.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Adriano da Costa Macedo*—*Manuel Rodrigues Júnior*—*João José Sinel de Cordes*—*Abilio Augusto Valdês de Passos e Sousa*—*Jaime Afreixo*—*António Maria de Bettencourt Rodrigues*—*Júlio César de Carvalho Teixeira*—*João Belo*—*José Alfredo Mendes de Magalhães*—*Felisberto Alves Pedrosa*.

TABELA I

	Vencimentos anuais	Subvenção diferencial correspondente aos vencimentos
Inspector das bibliotecas eruditas e arquivos e directores da Biblioteca Nacional e do Arquivo Nacional	2.400\$00	360\$00
Directores das Bibliotecas da Ajuda, Pública e Arquivo Distrital de Braga, primeiros conservadores das bibliotecas eruditas e arquivos e secretário-tesoureiro da Biblioteca Nacional	1.800\$00	320\$00
Segundos conservadores das bibliotecas eruditas e arquivos e chefe do expediente da Inspeção das mesmas bibliotecas	1.440\$00	270\$00
Terceiros conservadores e ajudante do tesoureiro da Biblioteca Nacional	1.000\$00	235\$00
Amaluenses	780\$00	220\$00
Fiéis	648\$00	195\$00
Porteiros	648\$00	195\$00
Continuos	576\$00	165\$00
Serventes	384\$00	150\$00

TABELA II

Direcção Geral do Ensino Superior

Subsídios para missões no estrangeiro, com applicação de dois em dois anos 9.000\$00

Inspeção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos

Encorporações e despesas de expediente 2.000\$00
Pagamento de aumentos de rendas de edifícios alugados para funcionamento de bibliotecas e arquivos 1.520\$00 3.520\$00

Biblioteca Nacional de Lisboa

Leitura nocturna (10 meses) 41.000\$00
Expediente, iluminação e outras despesas 11.520\$00
Compra e encadernação de livros 36.000\$00
Encargos de trocas internacionais 8.000\$00
Pessoal assalariado (a) 84.705\$60
Férias ao pessoal assalariado da oficina de encadernação 18.000\$00 199.225\$60

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Pessoal assalariado (a) 12.100\$80
Despesas de expediente, conservação e aquisições 12.000\$00 24.100\$80

Biblioteca da Ajuda

Expediente, compra e encadernação de livros, material e outras despesas 4.500\$00
Renda da casa do Depósito Geral de Livros do Estado 150\$00

Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga

Expediente, encadernação e compra de livros e outras despesas 4.000\$00
Pessoal assalariado (a) 12.100\$80 16.300\$80

Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora

Material e diversas despesas, compra e encadernação de livros e catalogação 4.500\$00
Renda das dependências do Paço Archiepiscopal, ocupadas pela Biblioteca 324\$00
Pessoal assalariado (a) 6.050\$40 10.850\$64
267.646\$24

(a) Estas verbas serão aumentadas com os vencimentos dos serventes que actualmente fazem parte dos quadros, à medida que forem vagando, e com as verbas para diuturnidades.

Paços do Governo da República, em 27 de Maio de 1927.—O Ministro da Instrução Pública, *José Alfredo Mendes de Magalhães*.

Normas para o serviço da catalogação

I—Impressos

Enumeração dos catálogos

Na Biblioteca Nacional funcionam os seguintes catálogos:

- 1.º Catálogo de autores
- 2.º Catálogo de títulos.
- 3.º Catálogo ideográfico.
- 4.º Catálogo topográfico, por secções.
- 5.º Catálogo de revistas e jornais.
- 6.º Catálogo do *Arquivo da Conservatória de Propriedade Literária*.

Além destes catálogos, que são apenas de busca, haverá outros, especiais e descritivos, para os manuscritos, incunábulo, estampas, livros raros ou preciosos, e para todas as espécies que pela sua natureza demandem minuciosas indicações bibliográficas. Para estes catálogos especiais seguem-se os preceitos dos verbetes já impressos. De todas as obras que figurarem nos catálogos especiais tirar-se hão os respectivos verbetes para os diferentes catálogos gerais, resumindo para este efeito os títulos dessas obras.

1.º — Catálogo de autores

O catálogo onomástico, ou de autores, resolve o seguinte problema:

Dado o nome de um autor, averiguar rapidamente quais as obras que dele existem na Biblioteca e as suas respectivas cotas.

Bases

1.ª Considerar-se hão como palavra de ordem do verbe principal os dois últimos apelidos do autor, fazendo-se remissões de todos os outros.

2.ª Exceptuar-se hão os autores universalmente conhecidos por outros apelidos ou pelos nomes próprios, como: João de *Deus*, Alexandre *Herculano*, Almeida *Garrett*, Miguel Angelo (*Buonarroti*), Horácio, Vergílio, etc. Nesses casos a palavra de ordem será o apelido ou o nome próprio por que forem mais conhecidos, fazendo-se remissões de todos os outros apelidos.

3.ª Quando um escritor assinar a maior parte das suas obras com um determinado pseudónimo e por ele fôr geralmente conhecido, como Júlio Dinis, George Sand, Anatole France, Molière, etc., catalogar-se hão todas as suas obras sob a rubrica desse pseudónimo, embora, como no caso de Voltaire, tenha escrito sob muitos outros. Contudo, tirar-se hão sempre remissões do nome do autor e dos outros pseudónimos.

4.ª Quando o pseudónimo fôr meramente accidental ou pouco conhecido por ele o autor, o verbe principal será extraído pelo nome deste e feita uma remissão do pseudónimo. É o que se fará, por exemplo, com Arqu-Zero (Camilo Castelo-Branco), Vasco Hermínio (Guerra Junqueiro), Louis de Montalte (Pascal), Valentim Demónio (Fialho de Almeida), Valentina de Lucena (D. Maria Amália Vaz de Carvalho).

5.ª As regras estabelecidas para os pseudónimos aplicar-se hão aos anagramas, nomes arcádicos ou quaisquer outros nomes fictícios dos autores.

6.ª Em qualquer das hipóteses referidas proceder-se há sempre de forma que as obras de um determinado autor fiquem colocadas no catálogo sob uma única rubrica.

7.ª Os nomes serão sempre escritos na forma original, quando não haja correspondente conhecido em português. Exemplo: as obras latinas de Malebranche, em que aparece latinizado o nome do autor, irão sob a palavra de ordem Malebranche e não Malebrancius; as traduções francesas de Aristóteles serão inscritas sob a rubrica portuguesa Aristóteles e não sob a de Aristote; as versões italianas dos poemas homéricos irão para Homero e não para Omero, etc. O mesmo se diria para Wolfius e Wolf, Strabo e Strabão, Galilée e Galileu, Hieronimus ab Oleastro e Jerónimo de Azambuja, etc.

8.ª Sempre porém que um autor seja mais conhecido pela sua metonímia, será catalogado por ela (base 5.ª), fazendo-se remissões para os nomes verdadeiros. Assim, não se tomará como palavra de ordem do verbe principal: Groot, La Ramée, Trapassis, Schwarzerd, mas Grotius, Ramus, Metastasio, Melancton.

9.ª Quando a dignidade ou título do autor der motivo a que por ele seja conhecido, haverá verbe remissivo que esclareça.

Exemplo: Ericeira (4.º Conde da) *vide* Meneses (D. Francisco Xavier de), Bethsaida (Bispo de) *vide* Aires de Gouveia (António).

10.ª Quando porém essa dignidade ou título fôr mais conhecida que o nome do autor e por essa forma mais geralmente citado, o verbe principal será extraído pelo título ou dignidade, como em Macedo-Papança, *vide* Monsaraz (Conde de), etc.

11.ª Resumindo: o verbe principal será sempre extraído pelo nome verdadeiro ou fictício, título, dignidade, pseudónimo, metonímia por que o autor é conhecido geralmente e tirar-se hão todas as remissões de nomes, apelidos, títulos, etc., que possam elucidar as pesquisas dos empregados e estudiosos.

12.ª Para a completa identificação de um autor será o seu nome escrito sempre de forma que não dê lugar a confusões. Assim, quando se encontrar G. de Bon, Th. Ribot, A. de Musset, Th. Gautier, escrever-se há sempre: Gustave Le Bon, Théodule Ribot, Alfred de Musset, Théophile Gautier, etc., para que por forma alguma se confundam com outros autores do mesmo apelido, por exemplo: Poincaré é um apelido comum a Henri Poincaré, a Lucien Poincaré, a Raimond Poincaré, etc.

13.ª A partícula nobiliárquica *De* nunca se emprega como palavra de ordem, no verbe principal, de nomes portugueses, espanhóis e franceses. Há todavia excepções, como, por exemplo, D'Alémbert. Em outras línguas é geralmente palavra de ordem, como De Amicis, De Quincy. Tiram-se porém, em todos os casos, as competentes remissões.

14.ª Quando os apelidos forem precedidos dos artigos *Le* ou *La* classificar-se hão na letra *L*, como em Le Clerc, Le Dantec, La Bruyère, La Fontaine, La Rochefoucauld.

15.ª Os apelidos precedidos de *Du* ou *Des* classificar-se hão na letra *D*, como em Du Camp, Des Barreaux.

16.ª A partícula alemã *Von* nunca é palavra de ordem no verbe principal, porque quasi sempre se elimina quando se enuncia o apelido; não se diz Von Schlegel, mas Schlegel; Von Humboldt, mas Humboldt, etc. Mas diz-se Von Hafe, e é para prever tais excepções que nunca se deixarão de fazer as competentes remissões.

17.ª Considerar-se hão como palavras de ordem as particulas holandesas e flamengas *Van*, *Zum*, *Zur*, *Ten*, por serem citadas quasi sempre com o apelido; não se diz Dyck, mas Van Dyck. Seguir-se há ainda neste caso a regra universal estabelecida na base 11.ª e extrair-se hão verbetes remissivos para os apelidos acompanhados da partícula.

18.ª Quando os autores forem santos, papas, reis, príncipes, etc., o nome próprio é que será a palavra de ordem. Em S. Paulo, S. Tomás, Santo Anselmo, Santo

Agostinho, Leão XIII, D. Duarte, D. António de Portugal, serão Paulo, Tomás, Anselmo, Agostinho, Leão. Duarte e António as respectivas palavras de ordem. E evidente que este preceito se não aplica aos nomes em que a palavra portuguesa *Santo* ou equivalente em qualquer outra língua faz parte integrante, como em Santo Agostinho de Macedo, Saint-Pierre, Saint-Simon, Saint-Victor, Sainte-Beuve, etc.

19.^a Quando os autores forem representados por iniciais, como F. J., por exemplo, se se conhecerem os nomes correspondentes, catalogar-se hão por estes e far-se hão remissões das iniciais para os nomes, incorporando os respectivos verbetes no catálogo onomástico; no caso, porém, de serem desconhecidos os nomes representados pelas iniciais tirar-se hão por estas os verbetes principais e colocar-se hão no mesmo catálogo pela ordem alfabética e antes da ordem onomástica da primeira inicial. Assim, F. A., F. G., F. J. virão por esta ordem, e antes de Fabre d'Eglantine, de Fénelon, de Fermat, de Fichte, etc.

20.^a As vogais tremadas do alemão não serão substituídas pelo seu equivalente latino, como preceituam alguns bibliógrafos, mas sim consideradas para o efeito da ordenação dos verbetes como vogais simples. O *ä*, que equivale ao *a* latino, é, para esses efeitos, como se fôsse um *a*; o *ö*, que é costume identificar-se na escrita ao *o* latino, como se fôsse um *o*, etc.

21.^a Para as obras completas de qualquer escritor redigir-se há um verbete principal para o conjunto das obras e um verbete especial para cada uma delas.

22.^a Quando várias obras do mesmo autor ou de vários estiverem englobadas sob um título geral, far-se hão tantos verbetes remissivos quantas forem as obras, como ao tratar-se de antologias ou colecções equivalentes (parnasos, florilégios, colectâneas, etc.), teses de congressos, etc.

23.^a Tirar-se hão sempre verbetes remissivos dos nomes dos tradutores e ilustradores das obras, assim como dos autores das peças preliminares (prólogos, advertências, etc.). Os verbetes remissivos serão do seguinte teor:

Latino Coelho (José Maria)
Oração da Coroa, trad. por Latino Coelho
V. Demóstenes.
(Indicar-se há a cota)

Bergson (Henri)
Le Pragmatisme, pref. por Henri Bergson
V. James (William).
(Indicar-se há a cota)

Dos verbetes com menção dos ilustradores será sempre remetido um exemplar para o Gabinete de Estampas.

24.^a Em muitos casos, quando o nome do editor fôr tam notável que por ele possa ser individualizada uma obra, haverá também verbete remissivo, como em Nizard, Zeferino, Pastor (*Dicionário Ilustrado*), Larousse, etc.

25.^a Em todas as remissões de autores para autores é indispensável mencionar a obra de que se trata e a natureza da colaboração, como ficou exemplificado para o caso de tradutores e prefaciadores. No caso em que a colaboração fôr relativa ao texto principal da obra, citar-se há porém apenas a obra de que se trata. Suponhamos, por exemplo: *Les Théories de l'évolution*, de Yves Delage e Marie Goldsmith. Tirar-se há um verbete principal de Delage (Yves) e Marie Goldsmith, e um verbete remissivo de Marie Goldsmith, neste teor:

Goldsmith (Marie)
Les Théories de l'évolution
V. Delage (Yves) e Marie Goldsmith.
(Indicar-se há a cota)

26.^a Como se vê pelos exemplos anteriores é também indispensável indicar sempre, tanto no caso dos colaboradores como em todas as outras remissões (de autores de prólogos, ilustrações, etc.) a cota da obra de que se trata. A remissão refere-se às informações bibliográficas e não à indicação topográfica dos livros.

27.^a Nas remissões dos vários apelidos e pseudónimos dos escritores não se mencionarão, como é óbvio, as cotas das suas obras. O tipo dos verbetes, neste caso, é o seguinte:

Queirós (José Maria Eça de)
V. Eça de Queirós (José Maria).

Ralph (Doutor)
V. Voltaire.

28.^a Os verbetes relativos ao mesmo autor classificar-se hão por ordem alfabética dos títulos, com excepção das obras completas e escolhidas, que precederão sempre todas as outras. Os verbetes com o mesmo autor e o mesmo título ordenar-se hão pela ordem cronológica das edições, pondo as obras *sine data* antes de todas as datadas.

Uniformizar-se hão estes preceitos com os seguidos nos verbetes já impressos.

2.º — Catálogo de títulos

O catálogo de títulos resolve o seguinte problema: Dado o título de uma obra, cujo autor não é conhecido do leitor, saber se essa obra existe na Biblioteca e a respectiva cota.

Bases

1.^a Considerar-se há como palavra de ordem a primeira palavra do título, excluindo os artigos e as preposições quando estas não alterem o sentido desse título

Exemplo:

Traité de radioactivité.

Démision (La) de la morale.

Page (Une) d'amour.

Théorie (Sur la) des idées de Platon.

Um como há muitos. (Aqui *um* é nome numeral).

2.^a Não se hesitará pois em considerar como palavras de ordem designações tam vagas como: Tratado, Manual, Noções, Elementos, etc.; é preciso efectivamente fazer a distinção entre o catálogo de títulos, que se consulta quando estes são conhecidos, e o catálogo ideográfico. Contudo, para resolver os casos duvidosos, deve-se fazer uma remissão para o primeiro substantivo do título, quando a primeira palavra, excluindo os artigos e as preposições, fôr um adjectivo, e a obra possa ser citada desacompanhada deste.

Exemplo:

Manual (Novo) de trigonometria. V. Novo manual, etc.

Estas remissões levarão sempre a cota da obra a que se referem.

3.^a Para o catálogo de títulos não há nenhum inconveniente em reduzir o título, quando haja necessidade de o fazer, logo que a obra fique assim perfeitamente identificada; indicar-se há a lacuna com reticências.

4.^a Quando o título de um livro estiver em caracteres diferentes do abcdário latino, deve-se transliterá-lo em caracteres latinos.

5.^a Quando haja frontispícios em línguas diversas, escolher-se há para a redacção do verbete o título português ou do idioma que mais se lhe aproxime ou de mais fácil interpretação.

6.^a Se o nome do autor faz parte integrante do título da obra, será repetido na transcrição do título, embora já figure como palavra de ordem.

7.^a Se a obra tiver subtítulo, pelo qual possa ser conhecida, importa fazer remissão desse subtítulo. Exemplo: *Palito métrico. V. Macarrónea latino-portuguesa.*

8.^a As obras corporativas, publicadas por iniciativa, às expensas ou sob a responsabilidade e patrocínio de administrações oficiais, instituições, sociedades, congressos, etc., serão catalogadas como até agora, seguindo-se na rubrica os preceitos adoptados nos verbetes já impressos.

3.º — Catálogo ideográfico

O catálogo ideográfico ou alfabético de assuntos tem por fim resolver os seguintes problemas:

a) Quais as obras existentes na Biblioteca sobre tal assunto particular?

b) Quais as obras em tal ou tal forma ou género literário?

Há assim, no catálogo ideográfico, rubricas de forma e rubricas de assunto.

As bases deste catálogo constam da *Lista das rubricas ideográficas* já em uso na Biblioteca.

4.º — Catálogo topográfico, por secções

O catálogo topográfico resolve o seguinte problema:

Dada a cota de arrumação de um volume, determinar de que livro se trata.

Bases

1.^a O elemento de ordem deste verbete é o número ou cota do livro.

2.^a A cada volume corresponderá uma cota, de sorte que a cota do último volume de uma série dará o número total de volumes dessa série, e as cotas finais das três séries, somadas, o total dos volumes da secção.

3.^a As três séries, azul, vermelha e pretá, correspondem às três ordens de formatos: máximo, médio e mínimo.

5.º — Catálogos de revistas e jornais

A palavra de ordem dos catálogos especiais de revistas e jornais científicos e literários será o título destas publicações, excluindo-se o artigo, indicando-se em seguida a sua periodicidade, a sua natureza (quando o simples enunciado do título não seja suficientemente informador) e o seu director, tendo como indicações bibliográficas a data do primeiro e último número, quando completas, e só do primeiro, quando em continuação.

Nos casos em que o nome do director da publicação seja o de um escritor notável, far-se há também verbete especial remissivo para catálogo de autores.

Exemplos:

Castilho (António Feliciano), director da *Revista Universal Lisbonense*. Herculanó (Alexandro), director do *Panorama*. Eça de Queirós (José Maria), director da *Revista de Portugal*.

Os verbetes destes catálogos serão manuscritos e do seguinte modelo:

<p style="text-align: center;">Rev. 1.473</p> <p style="text-align: center;"><i>Revista Portuguesa Colonial e Marítima,</i> publ. mensal.</p> <p style="text-align: center;">Director: Ernesto J. de C. e Vasconcelos.</p> <p style="text-align: right;">Lisboa, 1897-1910.</p>

6.º — Catálogo do Arquivo da Conservatória de Propriedade Literária

Este catálogo resolve o seguinte problema:

Dada uma obra pelo seu autor, ou pelo seu título, se for anónima, determinar o número de registo de propriedade literária que lhe corresponde.

Bases

1.^a A palavra de ordem deste catálogo será a palavra de ordem do título ou nome do autor, conforme a obra for ou não anónima.

2.^a Este catálogo, de todo independente da catalogação geral, é especialmente destinado às buscas dos volumes que se encontrarem no Arquivo da Conservatória de Propriedade Literária, como base dos registos, e fica a cargo do ajudante do conservador da propriedade literária. Não se imprime.

Observações

A) *Indicações bibliográficas.*— Redigir-se há por esta ordem: data, lugar de edição, editor, lugar da impressão, tipografia, medição, e em seguida a edição e quaisquer notas bibliográficas.

Manter-se há as abreviaturas anteriormente adoptadas: S. d. (sem data)—S. l. (sem lugar)—S. d. n. l. (sem data nem lugar).

Quando o nome do autor tiver na obra forma diferente daquela que se lhe deu na palavra de ordem, é em geral conveniente indicar essa circunstância em nota final.

B) *Distribuição topográfica.*— As obras distribuir-se há pelas secções em que actualmente se acha dividida a Biblioteca Nacional.

A classificação dos livros impressos faz-se de harmonia com a tradicional arrumação da Biblioteca, e atendendo sempre ao desdobramento das rubricas titulares, que consta do quadro seguinte:

1.ª — Bibliografia e Biblioteconomia (B.)

Dicionários bibliográficos.
Bibliografias universais.
Bibliografias individuais.
Bibliografias especiais.
Catálogos de bibliotecas.
Catálogos de leilões.
Catálogos de manuscritos.
História da imprensa.
Indústria e comércio do livro e do papel.
Bibliologia.
Bibliofilia.
Diplomática.
Relatórios, regulamentos e descrições de bibliotecas públicas e particulares.
Legislação bibliotecária e arquivística.
Escritos de paleografia.
Preparação profissional do bibliotecário e do arquivista.

2.ª — História e Geografia (H. G.)

Filosofia da história.
Teoria da história.
Metodologia da historiografia e sua história.
História nacional e estrangeira em ensaios, conferências, memórias, monografias, colecções documentares e grandes obras de síntese.
História universal e história da civilização. Arqueologia pre-histórica. Proto-história. Biografias de historiadores, reis, homens de Estado, políticos, economistas, juristas e legisladores, pedagogos e educadores, navegadores e guerreiros.
Genealogia.
Heráldica.
Cronologia.
Geografia física e política.
Geografia humana.
História da geografia — Descobrimientos geográficos terrestres e marítimos.
Metodologia do conhecimento geográfico e do seu ensino.
Cartografia e sua história.
Livros de viagens com intenção científica.

3.ª — Literatura (L.)

Línguas:
Filologia geral, ortografia, ortoépia, alfabetos, etimologia, lexicografia, fonologia, gramática (morfologia e sintaxe), prosódia, hieroglifos, história lingüística, fisiologia aplicada à filologia, semântica, etc.
Literaturas:
Estética literária.
Ensaio e memórias de crítica.
Conferências.
Teoria e metodologia da crítica.
Metodologia do ensino da literatura.
Retórica e poética.
História literária. Obras gerais, compêndios manuais e monografias.
Biografias de escritores.
Poesia.
Teatro.
Romances, contos e novelas.
Eloquência sacra, universitária e judiciária.
Epitolografia em prosa e verso.
Livros de impressões de viagens com intenção literária.
Folclore.
Almanaques e folhinhas.

4.ª — Polígrafia (P.)

Enciclopédias.
Dicionários gerais.
Colecções de ensaios e memórias.
Obras completas de polígrafos.
Actas de corporações científico-literárias, industriais e administrativas.

5.ª — Religiões (R.)

Filosofia da religião.
Tratados e compêndios de doutrina.
Ensaio e memórias de crítica religiosa.
História das religiões.
Teologia natural.
Literatura bíblica.
Teologia moral e dogmática.
Cristologia.
Exegese.
Soteriologia.
Liturgia.
Apologética cristã.
Obras de edificação espiritual.
Hinologia.
Ascetismo.
Vidas de santos.
Homílias.
Sermões* (os de autores literariamente assinalados para a *Literatura*).
Pastorais.
Irmandades, confrarias, ordens terceiras.
Igreja, sua organização e sua história.
Patrística.
Concílhos.
Ordens religiosas.
História do Papado.
Heresias e perseguições religiosas.
Igrejas e seitas cristãs.
Religiões não cristãs.
Mitologias.

6.ª — Ciências e artes (S. A.)

Ciências matemáticas (aritmética, álgebra, geometria descritiva, analítica e no espaço, trigonometria, cálculo diferencial e integral, probabilidades).
História das matemáticas.
Biografias de matemáticos.
Astronomia.
Cartografia celeste.
Geodesia.
Geologia. Litologia. Petrografia. Mineralogia.
Oceanografia.
Meteorologia.
Etnografia.
Ciências físicas (mecânica, hidrostática, hidráulica, pneumática, aeronáutica, acústica, óptica, calor, electricidade, magnetismo, física molecular).
Ciências químicas (análises químicas, química orgânica e mineral).
Ciências biológicas (paleontologia, antropologia, taxidermia e microscopia).
Botânica.
Geografia botânica.
História da botânica.
Zoologia.
Geografia zoológica.
História da zoologia.
Tecnologia geral.
Ensino técnico, sua metodologia e sua historiografia.
Ciências médicas (anatomia, histologia, fisiologia, higiene, matéria médica, farmácia, terapêutica, patologia interna, cirurgia, ginecologia, obstetrícia, pediatria, medicina veterinária, etc.).
História da medicina.
Ensino da medicina e sua história.

Engenharia (mecânica, de pontes e calçadas, de minas, militar e naval, hidráulica, etc.).

Ensino da engenharia e sua história.

Agricultura (adubos, drenagem, horticultura, pomicultura, oleicultura, silvicultura, enologia, apicultura, sericultura, caça, zootecnia, etc.).

Ensino agrícola, sua metodologia e sua história.

Indústrias químicas.

Manufacturas.

Transportes e comunicações.

Indústrias mecânicas.

Ofícios.

Navegação, marítima e aérea.

Pedagogia (educação, ensino, metodologia, psicologia aplicada à educação, história de pedagogia).

7.ª — Ciências civis (S. C.)

Sociologia.

Estatística, demografia.

Ciências políticas.

Economia política.

Direito, legislação e jurisprudência.

Administração e direito administrativo.

Anuários, estatutos, regulamentos e relatórios administrativos.

8.ª — Belas artes (B. A.)

Filosofia e técnica de arte.

Estética geral e de cada uma das belas artes.

História, ensaios, memórias e monografias sobre arquitectura, escultura, desenho, artes decorativas, artes aplicadas, pintura, música, gravura, litografia.

História da paisagem.

Biografias de artistas.

Indumentária.

Ourivesaria.

Técnica dos processos artísticos.

Catálogos de museus e colecções.

Ensino das belas artes, sua metodologia, sua organização e sua história.

9.ª — Reservados e manuscritos (Res.) e (Mss.)

Pergaminhos.

Manuscritos.

Autógrafos.

Livros xilográficos.

Incunábulo.

Edições raras.

Cimélio.

Encadernações preciosas.

Obras com iluminuras.

Obras impressas com gravuras de luxo.

Ex-libris.

Obras proibidas.

Curiosidades bibliográficas.

Camoniana.

Bodoni.

Elzevir.

Orientalia.

Livros de côro.

Códices de Alcobaça.

Observação. — Só para as secções com movimento de entradas e conteúdo heterogéneo se fez o desdobramento das rubricas titulares para guia de classificação.

C) *Ortografia.* — Nos diferentes catálogos adoptar-se há para as rubricas de títulos de nomes dos autores portugueses a ortografia oficial.

D) *Obras em continuação.* — As obras em continuação constituem uma sub-secção dentro de cada divisão. Delas se fará verbete provisório e manuscrito, que será substituído pelo verbete definitivo, de harmonia com as presentes *Normas*, logo que as mesmas se concluíam.

A secção das *Continuações gerais* é extinta e o seu conteúdo gradualmente classificado e distribuído pelas várias divisões.

E) *Tiragem dos verbetes impressos.* — Os verbetes impressos são de cartolina e com a tiragem de dez exemplares.

Fases da catalogação

1.º Os livros, depois de devidamente registados, selados e numerados na secretaria, são classificados pelo director ou por seu delegado e mandados distribuir pelas diversas divisões para serem catalogados e arrumados.

2.º Os verbetes são depois enviados pelo chefe de divisão ao director que regulará a sua remessa para a imprensa.

3.º Depois de impressos, os verbetes serão pela secretaria distribuídos pelas divisões respectivas, e os chefes de divisão, pelo seu pessoal, fá-los hão alfabetar nos catálogos, apor as rubricas ideográficas e guardar no *Armazém de verbetes* os exemplares sobressalentes, destinados a substituir os que se deteriorarem com o uso.

Modelo de verbete

Haverá um tipo único de verbetes impressos a seguir exemplificado:

<p>H. G. 12.896-99 V.</p>	<p>História da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV.</p>	<p>R. E. 17.930, 18.095, 62.466</p>
<p>Gama Barros (Henrique da)</p>	<p>1885-1922. Lisboa, Imp. Nacional; Tip. da Academia Real das Ciências; Tip. Castro Irmão; 24 x 16,5. 4 vols.</p>	

Disposições transitórias

1.^a Enquanto durarem os trabalhos de actualização da catalogação da Biblioteca Nacional organizar-se há somente o catálogo de autores com verbetes manuscritos.

2.^a Os verbetes redigidos, segundo as regras que as presentes Normas vêm substituir, serão imediatamente alfabetados no catálogo geral de autores.

3.^a A parte elaborada do catálogo ideográfico é franqueada aos leitores na sala geral de leitura, sob a directa fiscalização do presidente da mesma.

II — Manuscritos e documentos

Os manuscritos de natureza geralmente literária guardam-se nas bibliotecas eruditas, e os documentos dos cartórios das instituições monásticas e de repartições extintas guardam-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e nos arquivos distritais.

Os catálogos decretados para os impressos são também applicáveis aos manuscritos.

O modelo para o catálogo topográfico dos manuscritos é o que consta do n.º 1.

Para os livros dos cartórios (cartulários, tombo, registos de documentos etc.) vigorará o referido modelo.

Para os documentos soltos dos cartórios e dos transcritos em livros haverá os mesmos catálogos e servirão modelo n.º 2.

As cartas de nomeação de empregos, de tenças, de concessões de terras, etc., transcritas em livros serão catalogadas segundo o modelo n.º 3.

Nas correspondências vigorará o modelo n.º 4.

Dão-se também dois exemplos de descrição de códices iluminados, de importância histórica e artística, modelos n.ºs 5 e 6.

Modelo n.º 1

Colecção em português, que comprehende: Catecismo da doutrina cristã; *Virgeu de consolaçon* por S. Pedro Pascoal, bispo de Jaen? *Tratado das meditações e pensamentos de sam Bernardo*, e *Visão de Tundalo* ou *Estoria de hum cavaleiro a que chamavdo Tungulu*, escrita por ele próprio.

Pergaminho — 266 x 208. — [104 fl.]. — 25-28 l. — recl. no fim de cada cad. de 10 fl.; t. corr. — letra gótica do séc. xv. — rubr.; iniciais a verm., azul e violeta; algumas iniciais grandes, filigranadas.

[fl. 1] começa o *Catecismo c. a rub.*: Começanfo os dez mandamentos q̄ fon dictos moráãos. e naturáaes. — *Termina na [fl. 7 v.º] c. a subscr.*: Ataa qui tracta este liuro. dos. x. pcepto^s mandamentos de deus. e defende fala dos sete artigóos [...]. — [fl. 8] *continua a subscr.*; *a seguir a esta, a rubr. seg.*: Ora se começa o liuro muy nobre. e de gram consolaçõ pera alma. q̄ se chama Virgeu de consolaçon. *Esta obra, que Fr. Fortunato de S. Boaventura diz ser a tradução do Veridario de S. Pedro Pascoal, trata dos vícios e virtudes e divide se em cinco partes, terminando a [fl. 73] c. a subscr.*: Laus si tibi xpe. q̄ liber explicit iste. Qui scripsit e femper cum domino uiuat. Amen. *Segue-se na mesma l.* Aqui se começa o tractado das meditações o pensamento^s de sã bernardo e o qual Reprehende os homees orgulhofos. e querençofos do mundo. e negligêtes e nõ conheedores de si meéfmos. [...]. — *Termina a [fl. 90 v.º]*: Aqui se acabam as meditações de san bernardo abbado. de clara ual. *Segue-se na l. imediata*: Começafse a *Estoria dhũu Cavaloyro* aque chamauã Tungulu. ao qual foron mostradas uifibilmente e nõ

per outra Reuclaçõ. todas as penas do Inferno e do purgatorio. Eoutro fi todos os beēs e glorias. q̄ hano sancto parayfo. Andando fempre huu angeo cõ el. [...]. — *Acaba na [fl. 104 v.º] c. a subscr.*: finito libro fit laus e gloria xpo Qui scripsit scribebat. e femper cū domino uiuat Amen.

Barbosa, III, p. 796, e o *Index cod.* cccxciv, p. 110, atribuem a autoria dēste cód. a um Fr. Zacarias de Paio-Pele, que, quando muito, poderá ter sido tradutor ou copista. *Commentar.* p. 569 e 570.

O *Catecismo* acha-se publicado nos *Ineditos* de Fr. Fortunato (vol. I, p. 131-153) e a *Visão de Tundalo* foi publicada por F. M. Esteves Pereira, na *Revista Lusitana*, III, p. 97 e seg. Encontram-se também alguns excerptos dēste cód. na *Crestomatia arcaica* do sr. J. J. Nunes (2.^a ed. Lisboa, 1921).

Livraria de Alcobça, CCXLIV (211).

Modelo n.º 2

Cadaval.

21 de Abril de 1316 (1278).

Carta de venda que fazem *Martinus Johannis dictus certus* e sua mulher *Maria Johannis* a *Afonso Johannis*, clérigo, *nepos Dominici Johannis dictus iardo*, duma vinha que parte do *aquilonem* e do *africanum* com *Vincencius dictus fulageyro*, da *Travessiam* com *Martinus dominici*, do *Soam* com *Stephanus martini* e duma cuba por 150 maravidis da moeda antiga. Foi tabelião o de Óbidos de nome *Aprilis Petri*. Testemunhas: *Johannes Johannis, dictus gago*, *Johannes Egee*, capelão do Cadaval, *Facundus Johannis*, *Vincencius Johannis*, *Martinus suerij*, *Thome rubeus*, *homo Pretoris* e outros muitos.

Modelo n.º 3

Cam Borges (P.^o Francisco). Carta de apresentação na Reitoria de São João de Covas, vaga pela promoção do L.^{do} António Borges Mergulhão à Vigairaria de São Pedro de Aguiar da Beira.

De 14 de Julho de 1665.

L.^o 1.^o da *Casa do Infatado* fls. 188.

Modelo n.º 4

Carta de D. Miguel da Silva a el-rei comunicando-lhe: que os turcos estavam nas fronteiras da Boémia e Croácia com dois grandes exércitos, tendo por isso o rei da Hungria pedido socorro ao Papa, que por seu turno pedia auxílio a toda a cristandade; que o mestre chegara a Messina, constando que o imperador lhe daria a ilha de Malta; que se dizia ter chegado uma carta do arquiduque da Austria com a notícia de ter sido preso Martinho Lutero; que por cartas apreendidas a um correio que ia para França se teve a prova das maquinações do cardeal de Valtera contra o Papa e se descobriram as intrigas de que era vítima o cardeal de Médicis, gozando até agora, por tal motivo, do maior favor do Pontífice; que se deveria conseguir dēste cardcal quisesse ser protector do reino de Portugal, porquanto todos os reis têm em Roma cardeais protectores dos seus reinos, os quais amparam no consistório os respectivos negócios; e, finalmente, que a peste tem aumentado e obrigará o Papa a sair de Roma, o que grande parte da gente honrada desta cidade já havia feito.

Roma, 25 de Março de 1523.

Original — 3.^a via — 4 folhas.

Vestígios do selo de chapa.

Corpo Cronológico — Parte I — Maço 29 — Documento 70.

Modelo n.º 5

Livro de Horas de El-Rei D. Duarte — Texto latino e letra francesa do século xv — Tem 367 fôlhas de $0,24 \times 0,17$.

A primeira fôlha é uma oração pedindo as graças de Deus a favor do seu servo o rei D. Duarte, ao qual pertenceu este códice, como se mostra pela seguinte inscrição que se encontra na parte inferior da fôlha em que começa o officio de Nossa Senhora:

«*Illustrissimi principis eduardi johannis portugulie et algarbii regis serenissimi ceptis domini filii primogeniti*».

Na primeira fôlha lê-se também uma oração a S. Sebastião, advogado da peste e das epidemias, e a S. Jorge, esperança e guarda do exército português. O calendário ocupa as doze fôlhas seguintes.

É um códice em pergaminho, escrito numa só coluna, não paginado, regrado a tinta, e um dos mais importantes do Arquivo da Torre do Tombo.

As suas numerosas iluminuras, a ouro e côres, assim como as tarjas e os ornamentos que enquadram e adornam cada página, compostos de flores, frutos como morangos, aves como pavões, insectos, fôlhas em lindíssimos e caprichosos entrelaçados, com letras iniciais do mais belo desenho e colorido, dão a este códice um alto valor artístico.

O *D* inicial do officio de Nossa Senhora tem no centro o escudo das armas de Portugal.

Os santos, cujas horas vêm no texto, são representados sucessivamente por 26 iluminuras em retábulo.

Santa Catarina (fl. 14 v.), Santíssima Trindade (fl. 16 v), Santa Verónica (fl. 18 v), S. João Baptista (fl. 20 v), S. Tiago (fl. 22 v), S. Cristóvão (fl. 24 v), S. Francisco (fl. 26 v), Santa Clara (fl. 27 v), S. Brás (fl. 29 v), Santa Ana (fl. 31 v), S. Vicente (fl. 33 v), S. Jorge (fl. 35 v), Santo António de Pádua (fl. 37 v), Santo António, eremita, (fl. 39 v), A Virgem (fl. 42 v), Santíssima Trindade (fl. 50 v), Espírito Santo (fl. 76 v), Nossa Senhora (fl. 95 v), Assunção (fl. 110 v), Gloria in excelsis Deo (fl. 119 v), Apresentação do Menino Jesus (fl. 126 v), Degolação dos innocentes (fl. 133 v), Virgem Maria (fl. 143 v), S. Jerónimo (fl. 309 v), Officio dos mortos (fl. 324 v).

A fôlhas 76 v, na parte inferior do lindíssimo retábulo do Espírito Santo, encontra-se um rasgo que não chegou a atingir as figuras do quadro.

Não se sabe como estas *Horas* foram parar às mãos do infante D. Luís, filho de D. João III, que as deixou ao Mosteiro dos Jerónimos, encadernadas em veludo encarnado e alguma cousa danificadas.

Modelo n.º 6

Livro Primeiro da Comarca de Além Douro — É um dos 60 códices chamados de *Leitura nova*, cuja feitura foi ordenada por el-rei D. Manuel.

Texto em português de 261 fôlhas paginadas, além dos índices com 14 fôlhas não paginadas, de $0,51 \times 0,36$.

São três estes índices: um das pessoas com as quais há contratos neste códice, outro das cidades, vilas, lugares e classes acerca dos quais há nele cartas, e outro ainda das igrejas, mosteiros, hospitais e confrarias cujos privilégios e carta aqui estão.

É um códice em pergaminho, escrito em duas colunas, regrado horizontalmente a tinta e verticalmente para separar as colunas, com os títulos a vermelho, e as iniciais dos contratos a azul e vermelho, sendo sobretudo notável o frontispício, no qual se encontra a seguinte ilumi-

nura: a tarja bastante larga a ouro e côres é ornada com anjos, aves, dragões, cabeças de animais, flores e frutos, tendo no alto quatro anjos que seguram a coroa de Portugal sobre fundo azul celeste e, em cima dessa coroa, uma figura que parece o Padre Eterno deitando a bênção, e dos lados duas esferas armilares sustentadas cada uma por dois anjos.

No fundo da tarja há, no meio de uma coroa, a cruz de Cristo, com um escudo em que se vêem pintas de sangue, a simbolizar a paixão de Jesus, e dos lados destaca-se uma figura que, com o seguinte dístico na mão *Rex pacificus magnificatus est*, aponta para uma outra figura que está iluminada no *D* inicial, motivo por que se supõe que essa figura é a de D. Manuel.

Consta do final deste códice que élo foi acabado no dia 28 do Julho de 1521, attribuindo-se a sua feitura a um certo Fr. Diogo.

III — Atlas e cartas geográficas

1.º Para uso da secção de atlas e cartas geográficas da Biblioteca Nacional haverá apenas um catálogo, cuja função será satisfazer todos os objectivos a que visam os catálogos onomástico, didascálico e ideográfico, criados nesta Biblioteca, pela ordem de serviço n.º 370, de 2 de Abril de 1927.

2.º Este catálogo único será constituído pelo conjunto alfabético dos verbetes respeitantes a todas as espécies da secção, seja onomástica, didascálica ou ideográfica a função dos mesmos verbetes, os quais serão elaborados segundo as normas especiais adiante estabelecidas.

3.º Cada verbete compor-se-há de duas partes distinctas, a saber:

- a) Rubrica para alfabetação;
- b) Descrição da espécie catalogada.

4.º A rubrica para alfabetação, que será apenas uma, colocada ao alto e à esquerda do verbete, constituir-se-há, sucessivamente:

a) Pelo nome do autor ou de cada um dos autores. Se for mais de um, mencionar-se-há, à frente de cada nome, a indicação abreviada: *Vid. também...* Exemplificando práticamente: o atlas de F. Schrader, F. Prudente e E. Anthoine terá as rubricas de autor constituídas da seguinte forma:

Schrader (F.) em colabor. e no fim do verbete, em anotação:

Vid. também: Prudent (F.) e Anthoine (E.).

b) Pelo nome do editor, prefaciador, anotador e gravador, que, pela sua notoriedade, se entenda conveniente fazê-los figurar no catálogo, mencionando-se, em seguida ao nome, a função que desempenharam na factura da espécie. Assim, o verbete que se referir à reprodução, que a Biblioteca possui, do mapa do mundo desenhado por Contarini, além da rubrica para o nome do autor, tem de levar uma rubrica para o do gravador. Exemplo:

Roselli (Francesco), grav.

Se como editor figurar uma corporação portuguesa, esta será referida sempre com a precedência do nome da localidade sede desse organismo; se a corporação for estrangeira, o nome respectivo será precedido pelo do país e pelo da localidade sede. Exemplo:

Estados Unidos da América. Washington. Library of Congress.

Lisboa. Sociedade de Geografia.

E, em qualquer dos casos, sempre com remissão para as denominações mais conhecidas. Exemplo:

Geografia (Sociedade de). Lisboa

c) Pelo título ou títulos da obra a catalogar. Assim, o *Atlas sur les campagnes du Maréchal Suchet* é susceptível, além do indicado, de vários títulos, como:

Mémoires du Maréchal Suchet... sur ses campagnes en Espagne; etc.

d) Pela rubrica ou rubricas ideográficas escolhidas, quer para individualizar a obra no todo, quer para identificar o seu conteúdo. Exemplo: Os *Monumenta Cartografica*, de Youssouf Kamal, é susceptível de uma rubrica em conjunto, que poderia ser:

Egipto.—*Antiguidade*: 3650 A. C.—158 A. C.; e de várias rubricas destinadas a individualizar o seu conteúdo, como:

Semitas e Hamitas: 3650 A. C.;
que levaria uma remissão para:

Hamitas e Semitas: 3650 A. C.

e) Pelas remissões que se façam para facilidade de busca, tanto dos apelidos do autor, editor prefaciador, anotador e gravador, como das várias formas de título e das rubricas ideográficas. Para exemplo vide os constantes da tabela em uso na Biblioteca Nacional.

5.º Na constituição das diferentes rubricas mencionadas na base anterior atender-se há, salvo o aqui alterado, às mesmas já estabelecidas para os casos gerais.

6.º A descrição do verbete, que se considerará fixa para cada espécie catalogada, compor-se há:

a) Da cota com que a espécie vai figurar na secção, e que será colocada ao alto e à direita do verbete;

b) Dos vários elementos que sirvam para a identifica-

ção da espécie, adoptando-se de preferência os que constem da própria obra; podendo, entretanto, adoptar-se outros que lhe digam respeito, provindos de fontes autorizadas. Quando se verificar esta última hipótese, essas indicações encerrar-se hão entre chaves, mencionando-se a origem da sua proveniência. Exemplo:

..., vid.—Harrisse (Henry)—*Découverte et Évolution Cartographique de Terre Neuve et des Pays circonvoisins*, pág. 145.

c) Data, determinada segundo o disposto na alínea anterior. Exemplo:

1707—Vid. Vasconcelos (Ernesto)—*Catálogo da Exposição de Cartografia Nacional*, pág.

d) Escala, sendo um dos termos referido a centímetros. Exemplo: 5^{cm},7—Titipé de 60 braças.

e) Dimensões, que serão dadas em centímetros, comprimento por largura. Exemplo: 27×14,5.

f) Lugar da edição, impressão e da gravura; e nome das firmas que produziram a obra.

g) Registo de entrada. Exemplo: R. E.—94.477.

7.º Os verbetes serão primeiramente dactilografados na sua parte descritiva, devendo-se tirar tantas cópias quantas rubricas de alfabetação lhe tiverem de ser apostas, que igualmente serão dactilografadas.

8.º Alguma modalidade especial que interesse bastante à catalogação, e que não esteja prevista nestas bases, inscrever-se há no fim do verbete e em anotação.

9.º Os verbetes seguirão os modelos seguintes (I, II).

Modelo I

Lugar para a rubrica de alfabetação.

Pasta M—n.º 60

Planta feita por Luis José Ferreira de Vasconcelos. Mss. color.º

1754

Escala: 5^{cm},7—Petipé de 60 braças

Dimensões: 118^{cm}×59^{cm},5

s/l de imp. n. de ed.

Dêste verbete assim elaborado seriam tiradas três cópias: duas para o nome do autor, visto haver uma remissão do apelido; outra para o assunto, que seria: MACAU.

Modelo II

Lugar para a rubrica de alfabetação.	C. 173 A.
A map of the British Empire in America with the French and Spanish Adjacente there to... Contém 20 cartas, ornadas de plantas de portos e de cidades.	
Escala:	1733
	Dimensões:
London, S. Harding	

Dêste original tirar-se-iam tantas cópias quantas rubricas lhe tiverem de ser apostas, ficando em branco o que diz respeito às dimensões e à escala, afim de poder preencher-se com as indicações pertinentes a cada carta em especial.]

IV — Estampas

1.º Os verbetes do catálogo especial de estampas serão constituídos por uma rubrica de autor e por outra de assunto.

2.º Considerar-se há como autor no verbete principal o gravador ou litógrafo que figurar na estampa, tirando-se remissões do pintor ou desenhador ou de qualquer outra entidade que nela houver colaborado.

3.º Quando a estampa tiver legenda, será esta transcrita no corpo do verbete e por baixo das rubricas de autor e de assunto.

4.º Se a legenda for demasiado longa, será abreviada de forma a não lhe deturpar o sentido.

5.º Para a rubrica de autor e para as remissões deverão seguir-se as regras gerais adoptadas para a catalogação dos livros impressos, segundo as normas estabelecidas para o serviço de catalogação da Biblioteca Nacional de Lisboa.

6.º O verbete principal do catálogo especial de estampas terá as seguintes indicações: data, género da gravura (talhe doce, água-forte, meia tinta, litografia, etc.), dimensões, estado da estampa (antes da letra, antes da assinatura, etc.) e por último e em nota separada o estado da sua conservação (com toda a margem, sem margem, picada, com nódoas, etc.).

7.º As dimensões das estampas serão tomadas pelo vinco aparente da chapa quando esta exista, e, na sua falta, pela totalidade da parte impressa.

8.º Todas estas indicações serão feitas a seguir pela ordem por que são enumeradas e destacadas em linha especial por baixo da transcrição da legenda.

9.ª Na catalogação dos retratos indicar-se há, logo em seguida ao estado da estampa, qual a figura: simples cabeça, busto, meio corpo, corpo inteiro.

10.º Considera-se cabeça quando a figura estiver até

os ombros; busto, dos ombros até a cintura; meio corpo, da cintura até os joelhos.

11.º Adoptar-se há para a cota numérica das estampas a forma de quebrado: no lugar do numerador o número do volume ou pasta onde esta se encontra e no do denominador o do lugar dela numa mesma pasta ou volume.

Modelos

Bilhete principal

Bartolozzi Morte do Conde de Chatham
(Francesco)

To the King's most [Escudo das Armas de Inglaterra] excellent Majesty *This Plate* The Death of the Earl of Chatham (*His gracious Permisscion humbly Inscribed by his Majesty's most faithful Subject & dutiful Serv.*) John Singleton Copley.

s. d. grav. a talhe doce, 55,5×77; 1.º estado.
ex. com as margens cortadas.

Remissão

Copley
(John Singleton)
Morte do Conde Chatham. — Pintura de John Singleton Copley.
V. Bartolozzi (Francesco).

Paços do Governo da República, 27 de Maio de 1927. — O Ministro da Instrução Pública, José Alfredo Mendes de Magalhães.

Curso superior de bibliotecário-arquivista

Programas das cadeiras especiais

I — *Paleografia* (1.^a parte):

Definição da paleografia e história deste vocábulo.
 A paleografia dos actos e códices e a epigrafia, sigilografia, numismática e gliptica.
 A paleografia nos estudos históricos, lingüísticos e jurídicos.
 A criação da aula de diplomática e a garantia dos peritos paleógrafos.
 Criação da cadeira de paleografia.
 Colecções de *fac-similes*.
 Crítica das reproduções.
 Reprodução dos manuscritos e documentos deteriorados e ilegíveis.
 Hipóteses a respeito da origem da escrita alfabética.
 A civilização ibérica e a escrita.
 Runas.
 História da paleografia latina.
 Manuais.
 Tábuas de cera, papiro, pergaminho e papel.
 Rolos e códices.
 Escritas.
 Bibliotecas e arquivos.
 Origem da escrita romana.
 A escrita maiúscula das inscrições; capital e capital cursiva.
 As escritas maiúsculas do século III a VIII: capital, uncial e semi-uncial.
 A escrita irlandesa do século VI ao século XII.
 A minúscula cursiva do século IV a VIII.
 A escrita lombarda e a do convento do Monte Cassino.
 A escrita da Curia Romana.
 Escrita visigótica.
 A escrita merovingia dos códices e actos.
 Origem da reforma carolina.
 A renascença da escrita maiúscula e a escola caligráfica de S. Martinho em Tours.
 A minúscula.
 A minúscula do século X ao XII.
 O período gótico: minúsculo e cursivo.
 A escrita dos actos.
 A renascença.
 Abreviaturas, sua origem e divisão.
 Classificação de abreviaturas segundo Traube.
 Notas tironianas.
 Números latinos e algarismos.
 Pontuação e separação das palavras.
 Trabalhos práticos.

II — *Paleografia* (2.^a parte):

Paleografia portuguesa: sua história e bibliografia.
 Colecções de *fac-similes*.
 Processos litográficos, fotográficos, etc, usados na reprodução dos códices e documentos.
 Classificação das escritas usadas nos códices e documentos até a introdução da escrita italiana.
 Abreviaturas portuguesas e latinas usadas na paleografia portuguesa.
 Assinaturas e firmas.
 Numeração e pontuação.
 Evolução da ortografia portuguesa do século XII ao XVI e sua representação tipográfica.
 Cópias diplomáticas e críticas.
 Exercícios de leitura e cópia.

III — *Iconografia*:

Ornamentação nos manuscritos.

Origens da ilustração caligráfica.
 Fases artísticas da iluminura.
 Período hierático.
 Período naturalista.
 Arte bizantina.
 Escolas francesa, alemã, flamenga, anglo-saxónica e italiana.
 A iluminura em Portugal.
 A idade e a nacionalidade do manuscrito revelada pela ornamentação.
 Ornamentação do livro impresso.
 Gravura em relevo e em côncavo.
 Gravura em madeira.
 Mestres e artistas notáveis.
 Processos modernos da gravura em madeira.
 Gravura em côncavo.
 Processos da gravura em metal.
 Gravura a buril, ponta seca, *pointillé*, *mezzo-tinta*, *aqua tinta*.
 Litografia.
 Gravura de camafêu e tiragem a côres.
 Modernos processos de gravura em metal.
 Gravura em Portugal.
 Encadernação.
 Luxo na aparência dos livros na antiguidade.
 Amadores e encadernadores célebres.
 Encadernação de arte, de luxo e de amador.
Ex libris e *super libros*.

IV — *Bibliologia*:

Introdução à bibliologia.
 História da escrita: generalidades.
 Material e instrumentos da escrita.
Objecto e fim da Bibliologia:
 Origem do livro: *volumen*, *codex*, *tabelae*.
 Reprodução dos manuscritos na antiguidade e na idade média; palimpsestos.
 Raridade e escassez de livros da idade média.
 Origem do livro impresso.
 Xilógrafos.
 Terminologia tipográfica e bibliológica.
 Incunábulos.
 A introdução da imprensa em Portugal.
 Difusão rápida da imprensa.
 História da imprensa, especialmente em Portugal, do século XVI à actualidade: generalidades.
 Os grandes impressores, edições *princeps*.
 Evolução da arte tipográfica.
 Impressores-livreiros.
 Editores notáveis.
 Revisores célebres.
 História das bibliotecas.
 Bibliotecas na antiguidade, idade média e moderna.
 Bibliotecas e arquivos em Portugal.
 As colecções especiais da Biblioteca Nacional de Lisboa.
 Comércio de livros e sua história.
 Livros raros e preciosos.
 Livros perdidos e imaginários.
 Livros de chave.

V — *Biblioteconomia*:

Bibliotecas e seus edificios.
 Trabalhos de instalação.
 Livros de fundo.
 Aquisições.
 Arrumação de livros.
 Separação de formatos.

Registo de entrada e de propriedade literária.
 Administração de bibliotecas.
 Serviço de leitura.
 O inventário e o balanço anual duma biblioteca.
 Empréstimos.
 Livros desaparecidos e inutilizados.
 Estatística.
 Bibliotecas particulares.
 Conservação do edificio.
 Higiene dos livros.
 Catalogação.
 Particularidades.
 Elaboração de catálogos:
 Onomástico ou de autores, didascálico ou de títulos, ideográfico ou alfabético de assuntos, topográfico por secções ou de inventário, sistemático ou metódico, de revistas e jornais, do arquivo da propriedade literária e de preços ou leilões.
 Catálogos especiais e descritivos de manuscritos, incunábulos, estampas, livros raros ou preciosos.
 Sistemas vários de classificação.
 Redacção e alfabetação dos verbetes principais e remissivos.
 Livros anónimos.
 Pseudónimos e suas espécies.
 Miscelâneas e colecções especiais.
 Notas do catalogador, informações, etc.
 Bibliografia.
 Generalidades.
 Bibliografias gerais e especiais.
 Monografias bibliográficas.
 Bibliógrafos portugueses e estrangeiros.
 Legislação sobre bibliotecas e arquivos em Portugal.
 Curso de bibliotecário-arquivista.

VI — *Diplomática e esfragística:*

a) Diplomática, seu objecto e importância.
 História desta ciência, especialmente em Portugal.
 Fontes diplomáticas.
 Ciências auxiliares da diplomática.
 Divisão da diplomática.
 Classificação geral dos diplomas.
 Nomenclatura diplomática.
 Códices e sua classificação, cartulários, tomos, registos e mais espécies diplomáticas.
 Iluminura de manuscritos e sua história.
 As suas mais importantes espécies em Portugal.
 Caracteres extrínsecos dos diplomas.
 Matéria dos documentos antigos: pedras, teijolos, metais, papiro, pergaminho, palimpsestos e papel.
 Os instrumentos usados na escrita.
 Tintas.
 Divisão das palavras e sua pontuação.
 Forma dos documentos.
Volumen ou rôlo.
 As cartas partidas por A. B. C.
 Assinaturas, rubricas e sinais de validação dos documentos portugueses.
 Os tabeliães e notários.
 Data e era dos documentos, calendários e princípios gerais de cronologia na sua aplicação aos documentos portugueses e estrangeiros dos nossos arquivos.
 Caracteres intrínsecos dos documentos.
 A ortografia, o estilo e a linguagem.
 O latim clássico e o latim bárbaro.
 As línguas neo-latinas.
 Os mais antigos documentos dos nossos arquivos e os primeiros que apparecem escritos em português.
 Extensão geográfica da língua portuguesa.

Tratado das cláusulas ou fórmulas dos documentos diplomáticos.
 Protocolo e texto.
 Suas divisões e sub-divisões.
 Documentos originaes e seus requisitos.
 Cópias.
 Minutas.
Fac-similes.
 Documentos verdadeiros o falsos.
 Diplomática crítica e de investigação histórica.
 As fontes da história.
 Colecções mais importantes.
 Autenticidade de fontes e crítica documental.
 Os estudos de diplomática em geral.
 Publicações diplomáticas em Portugal.
 Sua importância e necessidade.
 b) A esfragística como ciência auxiliar da história.
 Sua definição.
 Uso dos selos na antiguidade.
 O que é o selo.
 Sua divisão quanto à matéria.
 O tipo e a legenda.
 Selos de chapa.
 Selos pendentes.
 Selos das bulas: figuras de S. Pedro e S. Paulo.
 O anel do pescador.
 Bulas áureas.
 Rodados.
 Selos simultâneos.
 Forma dos selos e sua protecção.
 Selos reais.
 Selos de majestade.
 Tipo equestre.
 Selos dos donatários.
 Selos dos conventos.
 Selos eclesiásticos.
 Selos episcopais.
 Selos municipais.
 Vistas de monumentos.
 Sua prisão aos documentos: tiras de coiro e de pergaminho; cordões de sêda e de linho; nistros de sêda, fitas de linho ou lã, fios de retrós e de cadaço.
 Sinetes.
 Selos modernos de papel e obreia.
 Ornatos dos selos.
 Contra-selos.
 Destruição dos selos.
 Autoridades encarregadas da imposição dos selos.
 Decadência e desaparecimento gradual dos selos.
 Colecções da Torre do Tombo onde mais abundam os selos.

VII — *Arquivologia:*

Arquivologia, sua importância e divisão.
 Antiguidade dos arquivos.
 Condições materiais dos edificios destinados para arquivos.
 Instruções sobre o modo de classificar as diferentes espécies diplomáticas.
 Catálogos e suas classes.
 Catálogos gerais.
 Inventários e suas espécies.
 Catálogos especiais.
 História dos principais arquivos, especialmente nos países que mantiveram relações históricas com Portugal.
 Os arquivos portugueses.
 O Arquivo Nacional da Torre do Tombo e arquivos seus dependentes.
 Sua história.
 Colecções ali existentes e sua importância diplomática.

Os seus índices, catálogos e inventários.
Legislação vigente relativa aos arquivos do Estado.
Obrigações dos diferentes funcionários e empregados de um arquivo e condições do seu recrutamento.

VIII — *Numismática geral e medalhística* (1.^a parte):

Objecto da numismática.
Lugar da numismática no quadro das sciências auxiliares da história.
Importância da numismática.
História da numismática.
Nomenclatura numismática.
Substâncias empregadas no fabrico da moeda.
Fabrico das moedas.
Direitos d'esse fabrico.
Origem da moeda.
Séries numismáticas.
Degeneração das moedas.
Numismática romana.
Numismática bizantina.
Moedas das cidades, povos e reis.

IX — *Numismática portuguesa* (2.^a parte):

História da numismática portuguesa.
Introdução à numismática portuguesa.
Preliminares.
Monetário primevo.
Vários meios do escambo (trêco).
História monetária. — Quebra da moeda, suas consequências económicas.
Direitos da moedagem e falsificações.
Organização externa da moeda.
Sistemas monetários.
Notas várias.
Tipos de moedas.
Forma da letra.
Língua das moedas.
A arte.
Indicação do valor e da data.
Nome das moedas.
Moedas portuguesas do continente.
1. Primeiros reis.
2. D. Dinis.
3. D. Afonso IV.
4. D. Pedro I (1357-1367).
5. D. Fernando (1367-1383).
6. D. João I.
7. D. Duarte.
8. D. Afonso V.
9. D. Afonso V e D. João II.
10. D. João II (1481-1495).
11. D. Manuel (1495-1521).
12. D. João III (1521-1557).
13. D. Sebastião (1557-1578).
Generalidades sobre moedas portuguesas na Índia.
Medalhística.
Medalhas portuguesas, sua classificação e bibliografia.
Estudo das medalhas portuguesas da Biblioteca Nacional.
Medalhas do século XVII e XVIII.
Catálogo das medalhas do Museu do Carmo.
Medalhas portuguesas do século XIX e XX; medalhas camonianas; medalhas de Vasco da Gama, medalhas várias.

X — *Cartografia antiga*.

Definição de cartografia antiga.
Cosmógrafos da idade média, os seus sistemas.
Cosmógrafos hindus, chineses e árabes.
Conhecimentos geográficos dos sábios europeus da idade média.

Suas teorias das zonas habitadas e desabitadas.

Configuração do continente africano antes dos descobrimentos dos portugueses.

Cartógrafos da idade média, até aos descobrimentos dos portugueses. Os seus sistemas.

Sciência em que baseavam o traçado dos seus mapas-mundo.

Sua ignorância a respeito dos países descobertos pelos portugueses.

Construção dos mapas-mundo, na idade média. Técnica dessa construção.

Análise dos mapas-mundo do século III ao século XV.

Aplicação às cartas geográficas, da idade média, dos sistemas dos geógrafos da antiguidade e das teorias cosmogónicas dos santos padres.

As teorias geo-bíblicas.

O sistema do Prisciano nos mapas-mundo.

As falsas teorias do curso do Nilo, da Antichthona ou *Alta-Orbis*, do Gog e Magog, etc.

Os sistemas cosmológicos de Platão, do *Almagesto* e de Ptolomeu.

O mapa-mundo de Filastro.

Representação gráfica da Índia antes do descobrimento do caminho marítimo de Portugal à Ásia.

Os monumentos geográficos lendários: o globo da cidade de Siracusa, o mosaico de Palestrina, etc.

Hidrografia da África e da Ásia meridional e oriental antes dos descobrimentos dos portugueses.

Mitos geográficos: a cidade de Arina, as montanhas magnéticas, etc.

Ilhas flutuantes.

Planisférios do século IX ao século XV.

Portulanos. Cartas hidrográficas.

As datas e indicações dos mapas e portulanos.

A duplicação de inscrições nos mapas e portulanos.

Mapas e portulanos acrescentados.

Poemas geográficos e alusões geográficas de poetas anteriores aos descobrimentos dos portugueses: Dante, Petrarca, etc.

Geografia dinâmica e geografia estática. Viagens autênticas e simuladas.

Autenticidade mecânica dos livros de viagens, pré-século XVI.

O globo de Nuremberg (1492).

Análise das cartas náuticas e dos portulanos de construção imediata aos descobrimentos dos portugueses.

Modificações introduzidas nos mapas e portulanos, anteriores ao meado do século XV, pelos descobrimentos dos portugueses. Características da escola cartográfica portuguesa.

Documentos geográficos de chancelaria, corpo cronológico, etc., publicados.

Análise dos cronistas náuticos portugueses: Diogo Gomes, Gomes Eanes de Azurara, João de Barros e Gaspar Frutuoso, no que respeita à história geográfica.

Conhecimentos geográficos que resultaram das expedições marítimas e terrestres dos portugueses. O tratado das *Tordesilhas* na cartografia.

Rectificação do conhecimento geral da Terra, depois das viagens de circunnavegação.

Valor da cartografia antiga, como título de posse dos domínios portugueses. Demonstração de que, na cartografia antiga, está o tombo que documenta essa posse.

Factos que se têm dado, nos quais o Governo Português defendeu o seu direito possessório, na África e na América, baseado na cartografia antiga. — Os pleitos das Molucas e da colónia do Sacramento. A colonização da América documentada pela cartografia. — Colocções portuguesas.

Paços do Governo da República, em 27 de Maio de 1927. — O Ministro da Instrução Pública, *José Alfredo Mendes de Magalhães*.